

# OS AGENTES NÃO EUROPEUS NA COMUNIDADE MERCANTIL DE BENGUELA, c. 1760-1820<sup>1</sup>

**Mariana P. Candido<sup>2</sup>**

Nas últimas décadas vários estudos deram atenção às comunidades mercantis no Atlântico, explorando como populações, mercadorias e ideias circulavam entre as margens do oceano unindo portos distantes numa mesma rede de contatos e intercâmbios demográficos, comerciais e culturais<sup>3</sup>. Em Benguela, o comércio de escravos dependia da aliança e cooperação entre negociantes de grosso trato, que

<sup>1</sup> Agradeço a Ana Lúcia Araújo, Vanessa Oliveira, Daniel Domingues da Silva e Gustavo Acioli Lopes pela leitura atenta e sugestões.

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade de York. Professora Assistente no Departamento de História da Universidade do Kansas. E-Mail: <mcandido@ku.edu>.

<sup>3</sup> A bibliografia sobre estudos Atlânticos é vasta. Para alguns dos estudos mais influentes ver CHAUNU, Pierre. *L'Expansion européenne du XIIIe au XVe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. MAURO, Frédéric. *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670): étude économique*. Paris: SEVPEN, 1960. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987. MILLER, Joseph C. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988. GILROY, Paul. *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. Cambridge: Harvard University Press, 1993. LAW, Robin; MANN, Kristin. "West Africa in the Atlantic community: the case of the Slave Coast", *The William and Mary Quarterly*, vol. 56, n. 2, 1999, p. 307-334. LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus, *The many-headed Hydra: sailors, slaves, commoners, and the hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2001; HANCOCK, David. "Commerce and conversation in the Eighteenth-Century Atlantic: the invention of Madeira wine", *The Journal of Interdisciplinary History*, vol. 29, n. 2, 1998, p. 197-219. MATORY, J. Lorand. *Black Atlantic Religion: Tradition, Transnationalism, and Matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005; MARZAGALLI, Silvia, "Sur les origines de l'Atlantic History": paradigme interprétatif de l'histoire des espaces atlântiques à l'époque modern", *Dix-Huitième Siècle*, vol.33, 2001, p.17-31; GAMES, Alison. *The web of empire: English cosmopolitans in an age of expansion, 1560-1660*. Nova York: Oxford University Press, 2008; GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. *Atlantic History: a critical appraisal*. Nova York: Oxford University Press, 2008; SWEET, James H. *Domingos Álvares, African healing, and the intellectual History of the Atlantic World*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011; HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: culture, identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Nova York: Cambridge University Press, 2010. Para estudos que priorizam o Atlântico sul ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; CURTO, José C.. *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o Tráfico Atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2002; SWEET, James H. *Recreating Africa: culture, kinship, and religion in the African-Portuguese World, 1441-1770*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003; ARAÚJO, Ana Lúcia. *Public memory of Slavery: victims and perpetrators in the South Atlantic*. Amherst: Cambria Press, 2010; FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-cultural exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Nova York: Cambridge University Press, 2012; FERREIRA, Roquinaldo, "Ilhas Crioulas: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica", *Revista de História*, vol. 155, n. 2, 2006, p. 17-41; PANTOJA, Selma, "A dimensão atlântica das quitadeiras". In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 45-68, CANDIDO, Mariana. *An African slaving port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland*. Nova York: Cambridge University Press, 2013, entre outros.

se limitavam ao porto, e agentes comerciais locais, que operavam tanto no litoral como no interior. Muitos desses comerciantes locais eram volantes e se deslocavam entre vários mercados e atuavam em várias atividades mercantis. A fluidez e a heterogeneidade eram características dos mercadores de Benguela, assim como em outros centros urbanos<sup>4</sup>. E sem o apoio dos agentes locais, os negociantes de grosso tratojamais conseguiriam carregar os seus navios com africanos escravizados e mantimentos para a travessia atlântica.

De modo geral, a historiografia destaca a atuação de comerciantes europeus no comércio transatlântico de escravos em limites imperiais claramente delimitados, enquanto novos estudos propõem uma nova perspectiva: um mundo Atlântico, aonde os laços comerciais iam além dos limites imperiais. Segundo essa nova perspectiva, as autoridades coloniais e os chamados agentes livres, os comerciantes que atuavam fora dos monopólios impostos pelas coroas europeias, colaboravam e mantinham laços estreitos, apesar de toda a legislação estabelecida para reprimir tais comportamentos. Esses agentes tiveram, assim, um papel central na construção dos laços comerciais entre diversos portos e, conseqüentemente, na consolidação dos impérios<sup>5</sup>. Nessa perspectiva, o mundo atlântico era um espaço coletivo, no qual atores europeus, americanos e africanos contribuíram para a circulação de mercadorias, pessoas e ideias. Não devemos esquecer, no entanto, que o espaço de atuação e poder desfrutado por cada grupo era desigual e marcado pelo contexto da expansão marítima europeia, para a qual a pauta era a conquista e ocupação de novos territórios, subjugação dos povos indígenas, apropriação da mão de obra local e escravidão.

Embora um número crescente de estudos concentra-se na questão da circulação no mundo atlântico, a historiografia tende a enfatizar o papel dos agentes europeus, apesar de reconhecer a importância da atuação e colaboração do agente *in loco*, com conhecimento do terreno, línguas e diplomacia na formação desses laços comerciais<sup>6</sup>. Africanistas, no entanto, tem destacado o papel dos agentes africanos na formação dessas comunidades atlânticas, atuando como comerciantes,

---

<sup>4</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. Para a profissionalização da atividade mercantil no império português, ver: CHAVES, Cláudia Maria das Graças, “Arte dos negócios: saberes, práticas e costumes mercantis no império luso-brasileiro”, *América Latina en la Historia Económica*, n. 31, 2009, p. 169-193.

<sup>5</sup> Para mais detalhes sobre a atuação dos agentes livres ver, entre outros: ANTUNES, Cátia & SILVA, Filipa Ribeiro da. “Cross-cultural entrepreneurship in the Atlantic: Africans, Dutch and Sephardic Jews in Western Africa, 1580-1674”, *Itinerario*, vol. 35, n. 1, 2011, p. 49-76. STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. “La ‘Nation’ Portugaise: réseaux marchands dans l’espace Atlantique à l’époque Moderne”, *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, vol. 58, n. 3, 2003, p. 627-648; HANCOCK, “Commerce and conversation...”; MARZAGALLI, Silvia. “Establishing transatlantic trade networks in time of war: Bordeaux and the United States, 1793-1815”, *Business History Review*, vol. 79, n.4, 2005, p. 811-844.

<sup>6</sup> Ver SILVA, Filipa Ribeiro da. “Forms of cooperation between Dutch-Flemish, Sephardim and Portuguese private merchants for the Western African Trade within the formal Dutch and Iberian Atlantic Empires, 1590-1674”, *Portuguese Studies*, vol. 28, n. 2, 2012, p. 159-172. MARK, Peter & HORTA, José da Silva. “Two early Seventeenth-Century Sephardic communities on Senegal’s Petite Cote”, *History in Africa: A Journal of Method*, vol. 31, 2004, p. 231-256. SILVA, Filipa Ribeiro da. *Dutch and Portuguese in Western Africa*. Leiden: Brill, 2011.

intermediários culturais e escravos<sup>7</sup>. No litoral do continente africano, o comércio de escravos coexistia com outras trocas materiais que incluíam a demanda europeia por metais e minérios, assim como pelo marfim e, posteriormente com a revolução industrial, a ênfase recaía sobre a cera, borracha e minérios existentes no interior<sup>8</sup>. Essa parceria econômica só era possível graças à participação ativa das elites comerciais locais, que mobilizavam seus agentes e escravos para garantir a produção de bens em demanda pelos mercadores atlânticos. Embora saibamos sobre o papel dos agentes comerciais africanos na África ocidental, principalmente nos portos de Ajudá e Calabar, pouco se conhece sobre o seu papel nos portos da África centro ocidental<sup>9</sup>. São poucos os estudos que exploram casos individuais, reconstruindo suas estratégias comerciais, laços pessoais, formas de crédito empregadas e processos de aquisição de cativos<sup>10</sup>. Apesar desses estudos, além de

---

<sup>7</sup>Ver: CURTIN, Philip D. *Cross-cultural trade in World History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. LOVEJOY, Paul E. "The role of the Wangara in the economic transformation of the Central Sudan in the Fifteenth and Sixteenth Centuries", *The Journal of African History*, vol. 19, n. 2, 1978, p. 173-193. THORNTON, John. "The African Experience of the '20 and odd negroes' arriving in Virginia in 1619", *The William and Mary Quarterly*, vol. 55, n. 3, 1998, p. 421-434. LOVEJOY, Paul E. & RICHARDSON, David. "Trust, pawnship, and Atlantic History: the institutional foundations of the old Calabar Slave Trade", *The American Historical Review*, vol. 104, n. 2, 1999, p. 333-355. MILLER, *Way of Death*. HEYWOOD, Linda M. "Portuguese into African: the Eighteenth century Central African background to Atlantic Creole Culture". In: HEYWOOD, Linda (org.). *Central Africans and cultural transformations in the American Diaspora*. Nova York: Cambridge University Press, 2002, p. 91-114. MANN, Kristin & BAY, Edna G. (orgs.). *Rethinking the African Diaspora: the making of a Black Atlantic World in thebight of Benin and Brazil*, Londres: F. Cass, 2001.

<sup>8</sup> Ver: FEINBERG, Harvey M. *Africans and Europeans in West Africa: Elminans and Dutchmen on the GoldCoast during the Eighteenth Century*. Filadélfia: American Philosophical Society, 1989. HORTA, José da Silva. "Evidence for a Luso-African Identity in 'Portuguese' Accounts on 'Guinea of Cape Verde' (sixteenth-Seventeenth Centuries)", *History in Africa: A Journal of Method*, vol. 27, 2000, p. 99-130. METCALF, George. "Gold, assortments and the Trade Ounce: Fante Merchants and the problem of supply and demand in the 1770s". *The Journal of AfricanHistory*, vol. 28, n. 1, 1987, p. 27-41. HARMS, Robert W. *River of wealth, river of sorrow: the Central ZaireBasin in the era of the Slave and Ivory Trade, 1500-1891*. New Haven: Yale University Press, 1981. SHUMWAY, Rebecca. *The Fante and the Transatlantic Slave Trade*. Rochester: University Rochester Press, 2011.

<sup>9</sup> VERGER, *Fluxo e refluxo...* LOVEJOY & RICHARDSON, "Trust, pawnship, and Atlantic History", p. 333-355. LAW & MANN, "West Africa in theAtlanticcommunity", p. 307-334. LAW & ROBIN, "A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849)", *Topoi*, vol. 2, p. 09-39, 2001. SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. SPARKS, Randy J. *The two princes of Calabar: an Eighteenth-Century Atlantic Odyssey*. Cambridge: Harvard University Press, 2004. ARAÚJO, Ana Lúcia. "The political issues surrounding memories of Slavery in the South Atlantic: reconstructing the biography of Francisco Félix de Souza", *Lusotopie*, vol. 16, n. 2, 2009, p. 107-131. BEHRENDT, Stephen D.; LATHAM, A. J. H. & NORTHROP, David. *The diary of Antera Duke, an Eighteenth-Century African slave trader*. Nova York: Oxford University Press, 2010. Para estudos que exploram o papel dos comerciantes nascidos em Angola, ver: SILVA, Daniel B. Domingues da. "The supply of slaves from Luanda, 1768-1806: records of Anselmo da Fonseca Coutinho", *African Economic History*, vol. 38, n. 1, 2009, p. 53-76. FERREIRA, *Cross-cultural exchange...* CANDIDO, Mariana P. "Merchants and the business of the Slave Trade at Benguela, 1750-1850", *African Economic History*, vol. 35, 2007, p. 01-30.

<sup>10</sup>KARASCH, Mary C. *The Brazilian slavers and the illegal Slave Trade, 1836-1851*. Dissertação (Mestrado). University of Wisconsin. Wisconsin, 1967. MILLER, Joseph C., "Capitalism and slaving: the financial and commercial organization of the Angolan Slave Trade, according to the accounts of Antonio Coelho Guerreiro (1684-1692)", *The InternationalJournal of African Historical Studies*, vol. 17, n. 1, p. 01-56, 1984. FERREIRA, Roquinaldo. "Atlantic micro histories: mobility,

outros que prometem expandir o nosso conhecimento para a atuação das redes comerciais no século XVII<sup>11</sup>, pouco sabemos sobre a atuação dos comerciantes locais ou, ainda, sobre a organização do comércio de escravos antes da segunda metade do século XVIII.

Há indícios, contudo, que a maioria dos indivíduos que se dedicavam à aquisição e venda de seres humanos no porto de Benguela não era, necessariamente, composta por comerciantes de grosso trato. Os comerciantes abastados eram poucos e chamam a atenção na documentação oficial pela abundância de cartas que enviaram às autoridades coloniais, número de navios negreiros que possuíam, e capital que deixaram aos seus descendentes registrados em testamentos; em suma, riqueza e sucesso comercial permitiram sua visibilidade histórica<sup>12</sup>. O comércio em portos como Benguela estava diluído entre os grandes comerciantes e o negociante de ocasião, que atuava em várias frentes comerciais e não se dedicava exclusivamente ao comércio transatlântico. Transações comerciais, como a “conta do custo e custeamento dos escravos,” como a registrada pelo capitão Manoel Gonçalves de Barros, do navio *Nossa Senhora da Guadalupe e Bom Jesus dos Navegantes*, em 1763, revelam que poucos comerciantes eram capazes de vender grande número de escravos. Entre os dias 27 de outubro e 27 de novembro de 1763, o capitão Barros adquiriu pelo menos 410 escravos no porto de Benguela. Destes, 323 indivíduos entre homens, mulheres e crianças, ou 78.7% do total, foram vendidos por sete comerciantes de Benguela, a maioria deles agentes coloniais, indicando, uma vez mais, a atuação das autoridades coloniais portuguesas no tráfico de escravos<sup>13</sup>. Os restantes 88 escravos foram adquiridos

---

personal ties, and slaving in the Black Atlantic World (Angola and Brazil)”. In: NARO, Nancy Prisci; SANSE-ROCA, Ro & TREECE, D. (orgs.). *Cultures of the Lusophone Black Atlantic*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 99-127. SOMMERDYK, Stacey. “Rivarly on the Loango Coast: a re-examination of the Dutch in the Atlantic slave trade”. In: CALDEIRA, Arlindo Manuel (org.). *Trabalho forçado africano: o caminho de ida*. Porto: CEAUP, 2009, p. 105-118. SILVA, Filipa Ribeiro da & SOMMERDYK, Stacey. “Reexamining the Geography and merchants of the West Central African Slave Trade: looking behind the numbers”, *African Economic History*, vol. 38, n. 1, p. 77-105, 2009. THOMPSON, Estevam Costa. *Negreiros nos mares do sul: famílias traficantes nas rotas entre Angola e Brasil em fins do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2006. FERREIRA, Roquinaldo. “A supressão do tráfico de escravos em Angola (ca. 1830 - ca. 1860)”, *História Unisinos*, vol. 15, n. 1, 2011, p. 03-13. SILVA, Daniel B. Domingues da. “The Atlantic Slave Trade from Angola: a port-by-port estimate of slaves embarked, 1701-1867”, *International Journal of African Historical Studies*, vol. 46, n.1, 2013, p.105-122.

<sup>11</sup> Mariza de Carvalho Soares está em fase de conclusão de sua tese, *Naus do Purgatório: o comércio de escravos na Costa do Loango, 1684-1702*; e a pesquisa de Kara Schultz, doutoranda na Universidade de Vanderbilt, nos EUA, intitulada “Trans-Atlantic Networks and the Angolan Slave Trade to Buenos Aires, 1580-1700”, examina o comércio de escravos entre Luanda, Benguela e Buenos Aires.

<sup>12</sup> Para a atuação dos comerciantes de grosso trato em Angola ver: MILLER, “Capitalism and slaving...”. SILVA, “The Supply of slaves...”. Para a questão da nomenclatura, institucionalização e a distinção social das atividades mercantis, ver: RODRIGUES, Aldair Carlos. “Homens de negócio: vocabulário social, distinção e atividades mercantis nas Minas setecentistas”, *História*, São Paulo, vol. 28, n. 1, 2009, p. 191-214.

<sup>13</sup> Para o documento ver Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Angola, cx. 48, doc. 19, anterior a 28 de junho de 1764. Eu analiso esse documento em maiores detalhes num artigo que deve ser publicado em breve: CANDIDO, Mariana P. “Trade Networks in Benguela, 1700-1850”. In: RICHARDSON, David & SILVA, Filipa Ribeiro da (orgs.) *Southern Atlantic Slave Trade*. Para o



em pequenas transações, nas quais um ou dois escravos eram comprados de cada vez, principalmente no período final da estadia no porto de Benguela. Na lista de transações comerciais, capitão Manoel de Barros revela que 22 comerciantes ofereceram de 1 a 10 escravos, sugerindo que os pequenos comerciantes ou os agentes de ocasião também participavam na venda de cativos. E foi justamente a atuação desses pequenos vendedores, entre eles soldados e mulheres, que chamou a minha atenção.

Esse estudo é um esforço por reconhecer e explorar a heterogeneidade da comunidade comerciante de Benguela, com a esperança que outros pesquisadores explorem esse tema num futuro próximo. A documentação é vasta e dispersa em arquivos localizados em Angola, Portugal e Brasil, e um maior número de estudos aumentaria o nosso conhecimento sobre o assunto. Assim como em outros portos africanos, os comerciantes de Benguela incluíam agentes oriundos de diversas praças atlânticas, como o caso dos nascidos nos portos do Rio de Janeiro e Salvador, porém vários comerciantes locais, com fortes laços com estados no interior, os *sobados*, atuavam no litoral<sup>14</sup>. É o grupo de comerciantes locais que receberá a minha atenção nesse estudo, enfatizando trajetórias individuais que permitem explorar a heterogeneidade da elite comercial no porto de Benguela<sup>15</sup>. Sem a aliança e cooperação com esses agentes comerciais locais, que muitas vezes atuavam no litoral e no interior, os negociantes de grosso trato, que se limitavam a atuar no porto de Benguela, não conseguiriam carregar os seus navios com africanos escravizados e mantimentos para a travessia atlântica.

Os três casos abordados têm densidades desiguais devido a natureza e a qualidade das fontes primárias. O primeiro caso a ser analisado, o da dona Joana Gomes Moutinho, está mais documentado que os demais, porém a qualidade e quantidade da evidência não deve ser lida como preponderância histórica. Dona Joana Gomes Moutinho exemplifica o papel das mulheres que atuavam como mercadoras em distintos portos africanos, e Benguela não era exceção<sup>16</sup>. A seguir apresento o caso

---

envolvimento das autoridades coloniais portuguesas nos processos de captura e venda de africanos como escravos, ver: CANDIDO, Mariana P. “O limite tênue entre a liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico”, *Afro-Ásia*, vol. 47, 2013, p. 239-268.

<sup>14</sup> Para estudos que destacam os laços com portos brasileiros, ver: FERREIRA, “Atlantic micro histories...”. FERREIRA, Roquinaldo A. *Dos Sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996. CANDIDO, Mariana P. “South Atlantic exchanges: the role of Brazilian-Born agents in Benguela, 1650-1850”, *Luso-Brazilian Review*, vol. 50, n.1, 2013, p. 53-82. Para definição e mais informações sobre os *sobados*, ver: HEINTZE, Beatrix. “Ngingi a Mwiza: um sobado angolano sob domínio português no século XVII”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, vol. 8-9, 1988, p. 221-234.

<sup>15</sup> Para a importância da micro-história na História de Angola, ver: FERREIRA, Roquinaldo. “Biografia, mobilidade e cultura Atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX”, *Tempo*, vol. 10, n. 2, 2006; FERREIRA, *Cross-cultural exchange...*

<sup>16</sup> A bibliografia sobre mulheres mercadoras na costa africana é extensa, ver, entre outros: BROOKS, George E. “A Nhara of Guine-Bissau region: Mãe Aurélia Correia”. In: ROBERTSON, Claire C. & KLEIN, Martin A. (orgs.). *Women and Slavery in Africa*. Madison: University of Wisconsin Press, 1983, p. 295-317. BROOKS, George E. “The Signares of Saint-Louis and Gorée: women entrepreneur in Eighteenth Century Senegal”. In: HAFKIN, Nancy & BAY, Edna (orgs.). *Women in Africa: studies in social and economic change*. Stanford: Stanford University Press, 1976, p. 19-44. HAVIK, Philip J. “Comerciantes e concubinas: sócios estratégicos no comércio Atlântico na costa da Guiné”. In: I

de Joana Josefa da Conceição, identificada como preta livre na documentação, que saiu do Brasil para realizar negócios em Benguela, trazendo complexidade ao mundo do comércio transatlântico, aparentemente dominado por homens. Apesar da limitação da documentação, a partir desses vestígios é possível identificar mais agentes comerciais não europeus. O último caso a ser explorado nesse artigo é o de José Joaquim de Almeida, originário da África ocidental que imigrou para Benguela nas primeiras décadas do século XIX. A expansão do comércio no Atlântico sul ganhou força depois da abolição do comércio de escravos ao norte da linha do Equador em 1815. A presença dos cruzadores britânicos levou ao declínio do comércio nos portos da África ocidental e à expansão da exportação de escravos na região da África centro ocidental. Comerciantes originários de Cacheu, São Tomé e Ajudá se deslocaram para os portos de Luanda e Benguela em busca de mercados aonde pudessem continuar atuando no comércio de escravos<sup>17</sup>.

Esses três indivíduos viveram e atuaram no comércio de escravos no porto de Benguela entre 1760-1830. A existência deles poderia passar despercebida pela História, pois não escreveram cartas, diários ou mantiveram papel tão importante no porto de modo que sua presença chamasse a atenção das autoridades coloniais. Entretanto, os pequenos fragmentos sobre esses três comerciantes revelam a

---

*Reunião Internacional de História da África*. São Paulo: CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES, 1996, p. 161-179. HAVIK, Philip J. “Sócias, intermediárias e empresárias: o gênero e a expansão colonial na Guiné”. In: *Actas: O rosto feminino da Expansão Portuguesa*, vol. 2. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 87-90. HENRIQUES, Isabel de Castro. “As outras africanas: as reais e as inventadas”. *Oceanos*, vol. 21, 1995, p.53-63. JONES, Adam. “Female slave-owners on the Gold Coast: just a matter of money?”. In: PALMIÉ, Step (org.). *Slave cultures and the cultures of slavery*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1995. JONES, Hilary. “From marriage à la mode to weddings at Town Hall: marriage, colonialism, and mixed-race society in Nineteenth-Century Senegal”. *The International Journal of African Historical Studies*, vol. 38, n. 1, 2005, p. 27-48. RODRIGUES, Eugénia. *Portugueses e africanos nos Rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2013. Para o caso de Angola ver os trabalhos pioneiros de Selma Pantoja: PANTOJA, “A dimensão atlântica das quitadeiras”, p. 45-68. PANTOJA, Selma. “Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola”. *Travessias*, vol. 4/5, 2004, p. 79-97. PANTOJA, Selma. “Quintandas e quitadeiras: história e deslocamento na nova lógica do espaço em Luanda”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org.). *África e a instalação do Sistema Colonial (c. 1885- c. 1935): Actas da III Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, p. 175-186. PANTOJA, Selma. “Women’s work in the fairs and markets of Luanda”. In: SARMENTO, Clara (org.). *Women in the Portuguese Colonial Empire: the theater of shadows*. Newcastle-Upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2008, p.81-93. Ver também: CANDIDO, Mariana P. “Aguida Gonçalves da Silva, une dona à Benguela à fin du XVIIIe siècle”. *Brésil(s). Sciences Humaines et Sociales*, vol. 1, 2012, p. 33-54. Vanessa Oliveira está concluindo sua tese de doutorado na York University sobre as donas de Luanda.

<sup>17</sup> Para mais informações sobre a expansão do comércio de escravos no Atlântico Sul no século XIX, ver: MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa da Ciências Sociais, 1999. SILVA, Daniel B. Domingues da. “The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1680-1846: volume, routes and organisation”. *Slavery & Abolition*, vol. 29, n. 4, 2008, p.477-501; SILVA, Daniel B. Domingues da & ELTIS, David. “The Slave Trade to Pernambuco, 1561-1851”. In: ELTIS, David & RICHARDSON, David (orgs.). *Extending the frontiers: essays on the new Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven: Yale University Press, 2008. FERREIRA, Roquinaldo. “Abolicionismo versus colonialismo: rupturas e continuidades em Angola (século XIX)”. In: GUEDES, Roberto (org.). *África: brasileiros e portugueses, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 95-112.

heterogeneidade e complexidade da comunidade mercantil em Benguela e indicam como africanos participaram ativamente na construção desse mundo atlântico, não só como escravos, mas também como comerciantes de seres humanos e mercadorias. Não há dúvidas que foi uma troca desigual, na qual a riqueza produzida pelo trabalho de escravos africanos ficou restringida a centros na Europa e nas Américas e os bens adquiridos pelos comerciantes africanos não produziu vantagens financeiras em longo prazo. A história desses pequenos comerciantes merece ser reconstruída para expandir o nosso conhecimento sobre o impacto do tráfico de escravos nas sociedades africanas.

## **As mercadoras de Benguela**

Apesar de vários estudos apontarem para o papel vital que mulheres representaram como intermediárias entre europeus e povos conquistados, como o caso da Malinche/ Dona Marina, no México, Pocahontas, na Virgínia, nos Estados Unidos, Saara Bartman/ Venus Hottentot, na Colônia do Cabo, ou dona Nhara Aurélia Correia em Bissau indicam, ainda são poucos os estudos que exploram a biografia das mulheres em Angola e seu papel na consolidação da presença portuguesa e na expansão do tráfico de escravos. A exceção é o caso de dona Ana Joaquina dos Santos Silva<sup>18</sup>. Mais difícil ainda é recuperar a presença histórica das mulheres que não necessariamente se envolveram com estrangeiros mas que também residiam no espaço urbano, como trabalhadoras livres ou escravas<sup>19</sup>.

O estabelecimento da cidade e porto de São Felipe de Benguela em 1617, pelo governador Manoel Cerveira Pereira, inevitavelmente atraiu a atenção da população do litoral e do interior. Se antes de 1617 os líderes políticos já enviavam caravanas e comerciantes à costa para a troca de sal e peixe salgado, depois da conquista portuguesa, um número maior de produtos passou a ser trocado, incluindo pólvora, têxteis e bebidas alcoólicas, produtos inicialmente vindos de Lisboa e depois de outras partes do Império português<sup>20</sup>. Homens e

---

<sup>18</sup>Para alguns estudos, ver: SCULLY, Pamela. "Malintzin, Pocahontas, and Krotoa: indigenous women and myth models of the Atlantic World". *Journal of Colonialism and Colonial History*, vol. 6, n. 3, 2005. CRAIS, Clifton & SCULLY, Pamela. *Sara Baartman and the Hottentot Venus: a ghost story and a biography*. Princeton: Princeton University Press, 2010. HAVIK, Philip J. "Women and trade in the Guinea Bissau region". *Studia*, vol. 52, 1994, p. 83-120. Para estudos sobre Dona Ana Joaquina dos Santos Silva, ver: LOPO, Júlio de Castro. "Uma rica Dona de Luanda". *Portucale*, vol. 3, 1948, p. 129-138. WHEELER, Douglas. "Angolan woman of means: D. Ana Joaquina dos Santos e Silva, mid-Nineteenth Century Luso-African merchant-capitalist of Luanda". *Santa Barbara Portuguese Studies Review*, vol. 3, 1996, p. 284-297.

<sup>19</sup>O trabalho de Selma Pantoja é referência para estudos sobre mulheres nos espaços urbanos em Angola. Além dos títulos citados na nota de rodapé n. 15, ver também: PANTOJA, Selma. "Três leituras e duas cidades: Luanda e Rio de Janeiro nos setecentos". In: PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio (orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 99-126. Ver também: OLIVEIRA, Vanessa. "Trabalho escravo e ocupações urbanas em Luanda na segunda metade do século XIX", comunicação apresentada no Seminário Internacional "Em Torno de Angola", Universidade de Brasília, novembro de 2011.

<sup>20</sup>AHU, cx1, doc. 87, 2 jul. 1618; AHU, cx. 2, doc. 104, 18 de junho de 1626. Para mais sobre os primeiros contatos em Benguela ver: PARREIRA, Adriano. "A primeira conquista de Benguela". *História*, Lisboa, vol. 12, n. 128, 1990, p. 64-68. FREUDENTHAL, Aida. "Benguela: da feitoria à cidade colonial". *Fontes & Estudos*, vol. 6-7, 2011, p. 197-229. CANDIDO, *AnAfricanslaving*

mulheres que habitavam o litoral rapidamente se viram em contato com os invasores portugueses e estabeleceram relações de conflito, cooperação e de convivência, não necessariamente harmoniosas, mas que buscavam assegurar a manutenção de laços comerciais entre as populações do litoral e do interior. Nesses primeiros contatos, apesar do silêncio das fontes, é evidente como relações entre europeus e mulheres indígenas permitiram a troca de informações sobre líderes e organização política, rotas de trocas de mercadoria e condições de mercados e suas organizações. Em julho de 1618, pouco tempo depois da fundação de Benguela, Manoel Cerveira Pereira relata, “cativamos uma negra que [informou que?] [...] o fidalgo que chamam de Peringue, com toda a sua gente das povoações, havia passado para [terras] de outro fidalgo Senhor da Baía do São Francisco, nove léguas dessa cidade”<sup>21</sup>. Apesar de anônimas, mulheres locais forneceram, de forma coerciva ou não, informações que facilitaram a expansão da conquista portuguesa e o estabelecimento de interesses comerciais.

A maioria da força portuguesa era composta por homens, apesar de um número pequeno de mulheres ter acompanhado seus maridos na conquista<sup>22</sup>. Estabelecendo-se na chamada Baía das Vacas, esses portugueses entraram em relações temporárias ou não com mulheres locais. Se é fácil identificar as motivações dos portugueses, que vão desde mobilizar tradutores e intermediários culturais até contar com o conhecimento sobre como tratar doenças tropicais e obter companhia em terras desconhecidas, não podemos deixar de destacar outros benefícios que um relacionamento com um agente colonial trazia, indo desde o acesso às mercadorias importadas de alto valor simbólico e monetário; à ligação com a força colonial e até mesmo a possibilidade de enriquecimento e autonomia que rompia com o modelo das sociedades locais patriarcais. É difícil indicar quando as relações eram consensuais ou não, entretanto a violência do encontro da expansão colonial e da conquista não deve ser esquecida. Até as mulheres que estabeleceram relacionamentos com portugueses poderiam estar motivadas apenas pela busca de proteção diante da possibilidade de violência perpetrada por outros agentes coloniais. A violência sexual era real para as mulheres indígenas que precisavam, entre outras coisas, negociar sua segurança pessoal. Apesar do tabu, cartas oficiais revelam que soldados, padres e capitães abusavam sexualmente de mulheres indígenas<sup>23</sup>.

---

port... CARVALHO, Flávia Maria de. “O governo de Manuel Cerveira Pereira em Angola no século XVII”. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira & GEBARA, Alexander Lemos de Almeida (orgs.). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF/ PPG História, 2013, p. 222-240. Para o comércio de mercadorias de várias partes do Império, ver: FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolônia: gerebitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos, século XVIII”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima & BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 339-378.

<sup>21</sup> AHU, Angola, cx. 1, doc. 87, 2 jul. 1618.

<sup>22</sup> AHU, Angola, cx. 1, doc. 87, 2 jul. 1618.

<sup>23</sup> São poucos os casos, porém o fato desses episódios terem sido registrados demonstra como expansão, ocupação colonial e violência sexual caminharam lado a lado. Ver: AHU Angola, cx. 1, doc. 20, 11mar. 1612; AHA, cod. 450, fl. 49v-50, 20 fev. 1837; AHA, cod. 509, fl. 215v, 17 mar. 1837. Para mais detalhes acerca da ideia de que violência sexual, conquista e colonização caminharam lado a lado, ver: STOLER, Ann Laura. *Carnal knowledge and Imperial Power: race and*



O historiador Arlindo Manuel Caldeira argumenta que a relação com mulheres locais, consensuais ou não, era política oficial da coroa portuguesa na costa da África<sup>24</sup>. Homens solteiros e casados no reino coabitavam com mulheres locais, que lentamente eram incorporadas à sociedade colonial e passavam a exibir sinais de adoção da cultura portuguesa, como no caso de vestir-se à moda europeia, frequentar a Igreja católica ou ainda reconhecer-se como súditas ou vassalãs portuguesas. Em consequência do envolvimento com agentes coloniais e/ou comerciais, as mulheres locais que adquiriam riqueza e, por conseguinte, eram reconhecidas como pertencentes ao mundo colonial, passavam a ser identificadas como donas. No reino, uma mulher poderia usufruir o título de dona através do nascimento ou herança do título através do lado paterno da família ou ao casar-se. Porém, em Benguela, assim como em Luanda, mulheres que participavam do comércio adicionavam o título aos seus nomes, reforçando sua imagem como detentora de mão de obra dependente, cativa ou não<sup>25</sup>. Casando-se ou não com homens estrangeiros, após a morte dos companheiros, as donas de Benguela passavam a ser socialmente reconhecidas como viúvas. Algumas chegavam a enviudar cinco vezes, como ressaltou o governador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho<sup>26</sup>. Listas nominais, registros paroquiais e correspondências oficiais revelam o número de donas em Benguela em diferentes momentos. Ser dona em Benguela era ter o reconhecimento de estar inserida no mundo colonial e de ter estabelecido associações estratégicas com homens estrangeiros que lhes asseguravam certa mobilidade social e participação no mundo luso-africano, destacando seus papéis de intermediárias culturais<sup>27</sup>.

---

the intimate in colonial rule. Berkeley: University of California Press, 2002. McCLINTOCK, Anne. *Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial conquest*, Nova York: Routledge, 1995. FISCHER, Kirsten & MORGAN, Jennifer. "Sex, race, and the colonial project". *The William and Mary Quarterly*, vol. 60, n. 1, 2003, p. 197-198. SCULLY, "Malintzin, Pocahontas, and Krotoa...". HYAM, Ronald. *Empire and sexuality: the British experience*. Manchester: Manchester University Press, 1990. SPEAR, Jennifer M. "Colonial intimacies: legislating sex in French Louisiana". *The William and Mary Quarterly*, vol. 60, n. 1, 2003, p. 75-98. GREENE, Sandra E. "Family concerns: gender and ethnicity in pre-colonial West Africa". *International Review of Social History*, vol. 44, 1999, p. 15. LARA, Silvia Hunold. "The signs of color: women's dress and racial relations in Salvador and Rio de Janeiro, ca 1750-1815". *Colonial Latin American Review*, vol. 6, n. 2, 1997, p. 205-224; RODRIGUES, Isabel P. B. Fêo. "Islands of sexuality: theories and Histories of creolization in Cape Verde". *The International Journal of African Historical Studies*, vol. 36, n. 1, 2003, p. 83-103. CANDIDO, Mariana P. "Concubinage and slavery in Benguela, c. 1750-1850". In: OJO, Olatunji & HUNT, Nadine (orgs.). *Slavery in Africa and the Caribbean: a History of enslavement and identity since the 18th Century*. Londres: I.B.Tauris, 2012, p. 65-84.

<sup>24</sup> Ver: CALDEIRA, Arlindo Manuel. "Mestiçagem, estratégias de casamento e propriedade feminina no arquipélago de São Tomé e Príncipe nos séculos XVI, XVII e XVIII". *Arquipélago História*, vol. 2, n. 11-12, 2007, p. 49-72.

<sup>25</sup> PANTOJA, "Gênero e comércio...", p. 79-97. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebéias na sociedade colonial*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002. Caso semelhante acontecia em Moçambique, ver: CAPELA, José. *Donas, senhores e escravos*. Porto: Afrontamento, 1995. RODRIGUES, Eugénia. "As donas de prazos do Zambebe: políticas imperiais e estratégias locais". In: PEREIRA & NADALIN (orgs.). *VI Jornadas Setecentistas: conferências e comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006, p. 15-34.

<sup>26</sup> AHU, Angola, cx. 54, doc. 20, 15 mar. 1770. Para mortalidade e alto número de viúvas, ver também: MILLER, *Way of death...*, p. 284-311. PANTOJA, "Três leituras e duas cidades...", p. 99-126.

<sup>27</sup> Para definições do mundo luso-africano e quem pode ser classificado como tal, ver: HEINTZE, Beatrix. "Hidden transfers: Luso-Africans as European explorers' experts in nineteenth-century

Esse foi o caso de dona Joana Gomes Moutinho, a mercadora mais abastada de Benguela na virada do século dezenove. Filha de Francisca e Francisco Gomes Moutinho, Joana Moutinho era uma luso-africana de Quilengues. Quilengues aqui se refere ao presídio português estabelecido em 1769 nas terras do soba Socoval, um dos líderes da população Quilengues, criadora de gado e organizada em várias chefaturas, entre elas a da Tunda e Quebelo<sup>28</sup>. A região dos povos Quilengues era de vital importância para o projeto expansionista da coroa portuguesa, pois por aí passavam caravanas de comerciantes em direção aos estados de Bihé e Huíla, assim como as expedições organizadas por esses estados em direção aos mercados localizados na costa e nas chefaturas do Dombe Grande<sup>29</sup>.

A região de Quilengues tinha uma longa história de contato com as forças portuguesas e o estabelecimento do presídio fortaleceu o seu caráter comercial, levando ao estabelecimento da população luso-africana no interior e ao redor do centro administrativo e militar colonial, tais como soldados, comerciantes e administradores, entre eles estava possivelmente a família de dona Joana Gomes Moutinho. A mãe de Joana, Francisca, provavelmente conheceu seu marido Francisco Gomes Moutinho no presídio de Quilengues entre os vários transeuntes, a exemplo de embaixadores de sobas no interior, pombeiros, sertanejos e outros comerciantes ambulantes<sup>30</sup>. O casal Gomes Moutinho é um claro exemplo de um casal associado com o comércio de longa distância. Francisco Gomes Moutinho era natural de Aveiro, Portugal, mas mantinha residência no Rio de Janeiro antes

---

west-central Africa”. In: LANDAU, Paul (org.). *The power of doubt: essays in honor of David Henige*. Madison: Parallel Press, 2011, p. 19-40. HEINTZE, Beatrix. “A Lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial: um contributo para a sua história e compreensão na actualidade”. *Cadernos de Estudos Africanos*, vol. 6/7, 2005, p. 179-207. HEYWOOD, “Portuguese into Africa...”. FERREIRA, “Ilhas crioulas...”. KANANOJA, Kalle. “Healers, idolaters, and good Christians: a case study of creolization and popular religion in Mid-Eighteenth Century Angola”. *International Journal of African Historical Studies*, vol. 43, n.3, 2010, p. 443-465; CANDIDO, *An African slaving port...*, p.122-139.

<sup>28</sup> Presídio aqui se refere aos centros administrativos, militares e comerciais estabelecidos no interior do território, como vanguardas da expansão portuguesa. Ver: FERREIRA, Eugénio. *Feiras e presídios: esboço de interpretação materialista da colonização de Angola*. Lisboa: Edições 70, 1979. COUTO, Carlos. *Os capitães-mores em Angola no século XVIII*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972. VANSINA, Jan. “Ambaca Society and the Slave Trade, c. 1760-1845”. *The Journal of African History*, vol. 46, n. 1, p. 01-27, 2005. Para mais informação sobre o presídio de Quilengues, ver: Arquivo Histórico de Angola (AHA), Cod. 442, fl 64, 29 ago. 1798. AHA, Cod. 442, fl. 72v-73, 3 jan. 1799. e AHA, Cod. 443, fl. 4 11 ago. 1796. LIMA, J. J. Lopes de. “Notícia da cidade de S. Filipe de Benguela e dos costumes dos gentios habitantes daquele sertão”. *Annaes Marítimos e Coloniais*, vol. 12, 1845, p. 487-488.

<sup>29</sup> Para mais informações sobre o Dombe Grande, ver: BASTOS, Augusto. “Traços geraes sobre a ethnographia do districto de Benguella”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. 26, n. 1, 1908, p. 05-15; p. 44-56. APARÍCIO, Maria Alexandra. “Política de boa vizinhança: os chefes locais e os europeus em meados do século XIX, o cado do Dombe Grande”. In: *II Reunião Internacional de História da África*. São Paulo: CEA-USP; SDG-Marinha; Capes, 1997, p. 109-116. CANDIDO, Mariana P. “Slave Trade and new identities in Benguela, 1700-1860”. *Portuguese Studies Review*, vol. 19, n.1-2, 2011, p.59-75.

<sup>30</sup> Pombeiros eram comerciantes itinerantes, geralmente negros, que representavam interesses de negociantes costeiros em mercados distantes. Sertanejos também atuavam no interior. Europeus poderiam ser sertanejos, mas pombeiros eram sempre africanos negros. Ver: BAL, Willy. “Portugais Pombeiro ‘Commerçant Ambulant du ‘Sertão’”. *Annali: Istituto Universitario Orientale, Sezione Romana*, vol. 7, n. 2, 1965, p. 123-161. MILLER, *Way of death...*, p. 392.

de se deslocar para Quilengues<sup>31</sup>. Não está claro quando ele se estabeleceu em Quilengues, mas deve ter sido provavelmente depois de 1742, após sua estadia no Rio de Janeiro.

Em Quilengues, Francisco deve ter buscado uma mulher bem posicionada, de uma família que pudesse lhe oferecer oportunidades comerciais e se casou com Francisca, que adotou os sobrenomes do marido. A única informação sobre o casal está disponível no assento de óbito de Francisca, em 1788, quando Francisco já havia falecido<sup>32</sup>. Eventualmente o casal Gomes Moutinho se mudou para Benguela, onde tiveram quatro filhos, dos quais Joana era a única mulher e provavelmente a mais jovem. Em 1788, o filho mais velho, Martinho Gomes, estava estudando em Coimbra, fato que indica a prosperidade dessa família de comerciantes. O poder econômico da família também fica evidenciado pelo fato de dona Francisca, a matriarca, ter sido membro da irmandade de Santo Antônio de Cartagerona e ter sido enterrada no pátio da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, próxima “das grades pela parte de Nossa Senhora de Santana,” no esquife da irmandade. A família pagou 7\$000 pelo enterro, uma soma considerável se comparada à típica sepultura de 2\$000<sup>33</sup>. Vivendo em Benguela, com uma família com fortes laços com Quilengues, dona Joana teve contato com o comércio atlântico desde cedo, provavelmente vendo as transações comerciais dos seus pais e da população em movimento no porto. Ela foi criada como parte de uma família da elite local com poder econômico e social que lhes permitia enviar filhos para estudar em Coimbra e enterrar a sua mãe no pátio da igreja. É difícil saber como a sua infância na segunda metade do século XVIII foi marcada pela expansão do tráfico de escravos e da urbanização de Benguela.

Dona Joana provavelmente assistiu à chegada de caravanas com escravos amarrados e maltratados pela longa jornada até a costa, assim como deve ter visto padres batizando e marcando os escravos com o selo real. De uma família de comerciantes, ela cresceu num ambiente onde a atuação de mulheres mercadoras era comum e considerada vital para o funcionamento do comércio atlântico.

Na década de 1790, dona Joana e José Ferreira da Silva, um capitão da força local e proprietário de escravos, viviam como um casal<sup>34</sup>. Em 1788 Capitão Silva

---

<sup>31</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1742. Agradeço a Fernanda Olival a informação desse processo.

<sup>32</sup> Arquivo do Bispado de Luanda (ABL), Benguela, Óbitos, 1770-1796, fl. 222v-223, 31 mar. 1788.

<sup>33</sup> ABL Benguela, Óbitos, 1770-1796, fl. 222v-223, 31 mar. 1788. No Brasil, a irmandade de Santo Antônio de Categerona ou Categeró era uma irmandade de negros. Mais investigação é preciso para determinar se o mesmo acontecia em Benguela. Os dois livros de óbitos referentes a igreja da Nossa Senhora do Pópulo em Benguela (1770-1796 e 1797-1831) indicam a existência de duas irmandades em Benguela: Santo Antônio de Catagerona e Santíssimo Sacramento. Para mais sobre a irmandade de Santo Antônio de Categeró em Portugal, ver: LAHON, Didier. *O negro no coração do Império: uma memória a resgatar: séculos XV-XIX*. Lisboa: Ministério da Educação, 1999. REGINALDO, Lucilene. “África em Portugal: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII”. *História*, vol. 28, n. 1, 2009, p. 289-319. Para mais sobre a devoção a Santo Antônio na África centro ocidental, ver: THORNTON, John K. *The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian movement, 1684-1706*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

<sup>34</sup> Em 1795 e 1796, quando já formavam um casal, eles foram nomeados padrinhos de duas crianças recém nascidas. ABL, Benguela, Batismo, 1770-1796, fl.39, 19 nov. 1795; e fl. 44, 17 abr. 1796.

foi nomeado padrinho dos filhos de dois de seus escravos, entretanto Dona Joana desfrutava de maior capital social. Dona Joana batizou mais de 16 crianças entre 1795 e 1811, sugerindo que desfrutava de maior prestígio social que seu marido<sup>35</sup>. Em julho de 1797, quando uma contagem, seguida de identificação de todos os moradores, foi feita, dona Joana Gomes Moutinho já era viúva, indicando que a união não havia durado mais de uma década<sup>36</sup>. Apesar de sua presença constante nos registros paroquiais, não consegui localizar batismo ou óbito de algum filho, o que me leva a suspeitar que dona Joana não teve descendentes diretos.

Em 1797, dona Joana tinha 35 anos, morava num sobrado na parte sul da cidade de Benguela, e em sua casa viviam 14 escravos, 26 escravas, e 6 familiares, incluindo o seu sobrinho, Caetano Carvalho Velho que administrava o único açougue em Benguela. Seu patrimônio ia além da posse do terreno e da casa, pois também controlava o trabalho de seus agregados domésticos, como os escravos que tinham ofícios de cabeleireiro, alfaiate, pedreiro, pescadores e tanoeiro, além dos familiares. A posse de escravos e dependentes livres reforçava noções de engrandecimento, exemplificando o que Joseph Miller chamou de riqueza simbólica do controle de dependentes, característica das populações da África centro ocidental<sup>37</sup>. As diversas atividades econômicas exercidas por seus escravos sugere que dona Joana oferecia uma série de serviços auxiliares ao tráfico de escravos, como a confecção de roupas e barris<sup>38</sup>. Em Benguela, assim como em outros portos, as donas eram proprietárias de lojas, bares e participavam ativamente no comércio de rua oferecendo comida e entretenimento para os residentes, autoridades coloniais, negociantes e marinheiros em trânsito. Várias donas combinavam diferentes formas de rendimento e ocupação, produzindo comida, vendendo produtos importados, roupas, e comercializando escravos<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> Para assentos com o capitão Silva como padrinho ver ABL, fl. 220, 3 jan. 1788; fl. 39, 19 nov. 1795; e fl. 44, 17 abr. 1796. Para os assentos com dona Joana como madrinha, ver: ABL, fl. 250, 29 jul. 1795; fl. 44 v, 2 mai. 1796; fl. 68V, 4 jul. 1797; fl. 69V, 18 jul. 1797; fl. 69v-70, 3 jul. 1797; fl. 71v, 25 ago. 1797; fl. 80, 27 dez. 1797; fl. 80v, 27 dez. 1797; fl. 83, 10 fev. 1798; fl. 94V, 31 ago. 1798; fl. 95V, 10 set. 1798; e fl. 102, 26 nov. 1798. Uso aqui o conceito de capital social de Bourdieu. Ver BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc J. D. *An invitation to reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992, p. 118-120. BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

<sup>36</sup> Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), DL 32,02.02, “Relação de Manuel José de Silveira Teixeira sobre os moradores da cidade de São Felipe de Benguela separados por raça, idade, emprego, título de habitação, ofícios mecânicos e quantos mestres e aprendizes existem. 1789”, fl. 13-13v.

<sup>37</sup> Para mais sobre o poder simbólico dos dependentes, ver: BOURDIEU, *Outline of a Theory of Practice*, p. 176-178. Para a noção da riqueza em dependentes, ver MILLER, *Way of death...*, p. 40-41. ALEXANDRE, Valentim & DIAS, Jill. *O Império africano*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 352-354. Alguns autores sugerem que somente homens seriam capazes de recrutar dependentes, o que não é o caso em Angola. Ver: BLEDSOE, Caroline H. *Women and marriage in Kpelle society*. Palo Alto: Stanford University Press, 1980, p.46-49.

<sup>38</sup> Essa diversidade econômica era comum em outros portos africanos. Ver: LAW, Robin. *Ouidah: The Social History of a West African slaving ‘port’ 1727-1892*. Athens: Ohio University Press, 2004, p.147-148.

<sup>39</sup> Para as atividades comerciais das donas, ver: LOPO, “Rica dona de Luanda...”. WHEELER, “Angolan women of means...”. FREUDENTHAL, Ainda. *Arimos e fazendas : a transição agrária em Angola, 1850-1880*. Luanda: Chá de Caxinde, 2005. SHELDON, Kathleen E. *Pounders of grain: a History of women, work, and politics in Mozambique*. Portsmouth: Heinemann, 2002. PANTOJA,



Nessa “miserável aldeia pouco povoada de casas ou choupanas de palha”<sup>40</sup>, dona Joana também era proprietária de uma senzala, com 27 casas onde habitavam vários agregados, incluindo 26 escravos, além do sobrado no qual residia no centro de Benguela. Em Angola, senzalas eram complexos de casas de palha redondas que ficavam ao redor dos centros urbanos coloniais. Nas senzalas morava a maioria da população não aculturada ao estilo de vida português, em complexos multifamiliares, no qual livres e escravos residiam lado a lado e cultivavam as terras<sup>41</sup>. O termo atravessou o Atlântico ganhando novo significado no Brasil ao designar os barracões onde os escravos dormiam nas fazendas. Além das senzalas, as mercadoras também tinham arimos, ou seja, lotes agrícolas nos quais cultivavam produtos para o consumo da casa e para a revenda<sup>42</sup>. No arimo de dona Joana Moutinho, os escravos e agregados livres cultivavam milho, feijão, abóbora e tabaco, abastecendo a casa e possivelmente permitindo que dona Joana lucrasse com a venda desses produtos. A habilidade de dona Joana de acumular agregados domésticos reforçava o seu capital social, permitindo que expandisse o seu campo de atuação econômica, o que certamente consolidava o seu papel como uma das mercadoras mais poderosas de Benguela<sup>43</sup>. A cor de dona Joana não foi mencionada em registros eclesiásticos. Somente na lista nominal de 1797, ela foi identificada como mulher mulata<sup>44</sup>. Sua classificação como mulata deve ser lida aqui como reconhecimento por parte dos agentes coloniais da sua posição econômica e social, afinal numa sociedade escravista como Benguela classificação raciais estavam profundamente influenciadas por, entre outras coisas, a posição econômica de um indivíduo<sup>45</sup>.

Empreendedora, proprietária de escravos e de terras, dona Joana Gomes Moutinho fazia parte de uma comunidade mercantil que mantinha ligações com estados e chefaturas localizados no interior, nesse caso com Quilengues. No seu sobrado em Benguela ela dispunha de uma infraestrutura para receber comerciantes recém-chegados que precisassem de acomodações e refeições durante a estadia no porto. Seu poder também é visível na escolha de seus procuradores, que a representavam em assuntos coloniais e em transações de negócios. Em 1799, João Mendes de Oliveira, um vigário da ilha de Príncipe, e em 1806, Nazário

---

“Donas de “arimos...”, p. 35-49. CANDIDO, “Aguide: marchande de Benguela...”. OLIVEIRA, Vanessa Oliveira. “Female and owners and entrepreneurs: food provisioners of Luanda (1784-1817)”, comunicação apresentada na conferência “Colonial (Mis)Understandings”, Lisboa, 19 jul. 2013.

<sup>40</sup> AHU, Angola, cx. 45, doc. 58, 28 jun. 1762.

<sup>41</sup> Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, DL32,02.02, 1789. Para descrições de senzalas, ver: AHU, Angola, cx. 83, doc. 66, 15 jun. 1796; e IHGB, DL32,02.02, 1789. Ver também: VANSINA, “Ambaca...”, p. 8. ALEXANDRE & DIAS. *O Império africano...*, p. 360.

<sup>42</sup> Arimos é uma adaptação ao português do termo kurima, em quimbundu, que significa cultivar ou plantar. O termo foi adotado pela administração portuguesa já no século XVII. Ver: CADORNEGA, António de Oliveira de. *História geral das guerras Angolanas, 1680-1681*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1972, vol. 1, p. 238; vol. 2, p. 355. Selma Pantoja já escreveu sobre o assunto em: PANTOJA, “Donas de “arimos...”, p. 35-49.

<sup>43</sup> Para a ideia de capital social, ver: BOURDIEU, *Outline of a Theory of Practice*.

<sup>44</sup> IHGB, DL32,02.02, 1789, fl. 13

<sup>45</sup> Para a importância da classificação racial e seu significado em Benguela, ver: CANDIDO, *An African slaving port...*, p. 137-139.

Marques da Silva, negociante em Benguela, atuaram como seus representantes em batismos na igreja Nossa Senhora do Pópulo<sup>46</sup>. Possivelmente dona Joana Gomes Moutinho não sabia ler ou escrever, afinal poucos eram as pessoas letradas em Angola. Sem dúvida ela era uma mulher com posses, que emprestava dinheiro a crédito e enviava escravos para serem vendidos em portos no Brasil<sup>47</sup>. Apesar de não aparecerem na maioria das listas dos comerciantes de Benguela, fica claro que as mercadoras de Benguela também enviavam escravos ao Brasil, ainda que fosse por intermédio de outros negociantes<sup>48</sup>.

Apesar de não ter sido possível localizar o registro de óbito da dona Joana, após 1811 ela não aparece mais como proprietária de escravos ou madrinha nos registros paroquiais. Assim como dona Joana, várias mercadoras movimentavam o porto e o centro urbano de Benguela. O casamento dela com uma autoridade colonial segue o padrão das associações comerciais que homens estrangeiros e comerciantes locais estabeleciam, unindo-se a mulheres bem posicionadas socialmente. Mercadoras em Benguela estavam na posição única de atuar como intermediárias, expandindo redes comerciais que lhes permitiam se consolidar como mercadoras independentes<sup>49</sup>.

## **As mulheres da outra margem do Atlântico**

A maior parte dos estudos destaca a presença dos comerciantes estrangeiros nos portos de Angola, mas mercadoras também cruzaram o Atlântico para comprar escravos. A comunidade mercantil em Benguela incluía indivíduos oriundos de Lisboa, Rio de Janeiro, Bahia, Açores e Madeira, alguns deles mulheres<sup>50</sup>. Enquanto a maioria das mulheres nascidas no além-mar estava acompanhada de seus maridos ou pais, algumas estavam sozinhas, provavelmente visitando o porto como parte de uma operação comercial. Em alguns casos, a única informação disponível sobre essas mercadoras transatlânticas é o seu registro de óbito, que fornece informações limitadas sobre as suas vidas, mas que indica a presença de um grupo de mulheres que permanece quase invisível no resto da documentação.

<sup>46</sup> ABL, Benguela, Batismo, fl. 110, 3 jun. 1799; e fl. 227, 26 abr. 1806.

<sup>47</sup> Em 1805, o negociante português declarou ter uma série de dívidas com dona Joana Gomes Moutinho. Moutinho havia enviado escravos para serem pagos posteriormente. ANTT, Feitos Findos, Justificações Ultramarinas, África, Maço 14, doc. 1, fl. 10.

<sup>48</sup> Para requerimento de negociantes de Benguela ver :Arquivo Histórico Militar, 2-2-1-36, "Requerimento dos Negociantes da Praça de Benguela". AHU, Angola, Cx. 76, Doc. 45, 22 jun. 1791.

<sup>49</sup> PANTOJA, "Três leituras e duas cidades...", p. 99-126.

<sup>50</sup> A origem dos comerciantes era identificada em diferentes documentos, desde registros paróquias, as listas nominativas, e listagem de comerciantes, entre outros. Para comerciantes identificados em uma devassa de um crime, ver: AHU, Angola, cx. 63, doc. 2, 7 jan. 1780. Para residentes em Benguela vindos da Bahia, ver: CANDIDO, Mariana P. "Trans-Atlantic links: the Benguela-Bahia connections, 1700-1850". In: ARAÚJO, Ana Lúcia (org.). *Paths of the Atlantic Slave Trade: interactions, identities, and images*. Amherst: Cambria Press, 2011, p. 239-272. CANDIDO, Mariana P. "Negociantes baianos no porto de Benguela: redes comerciais unindo o Atlântico setentrionalista". In: GUEDES, Roberto (org.). *África: brasileiros e portugueses, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Maud, 2013, p. 67-91. Para aqueles vindos do território do Brasil, ver: FERREIRA, "Biografia e mobilidade...". FERREIRA, Roquinaldo. "O Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII)". *Estudos Históricos*, vol. 1, n. 39, 2007, p. 03-23; CÂNDIDO, "South Atlantic exchanges...".

O silêncio da correspondência dos administradores coloniais não é surpreendente.

Maria Luísa, falecida em 1776, era originária da Bahia, onde também residia. Maria Luísa havia sido batizada na igreja da Sé em Salvador da Bahia e era viúva de José Henrique Lobo, com quem havia tido um filho legítimo, Antônio de Sousa, indicando que os dois eram casados. Seu segundo filho, José de Brito, era natural, nascido após a morte do marido, provavelmente de outro companheiro. A família vivia na Bahia quando Maria Luísa faleceu em Benguela<sup>51</sup>. Não está claro a ocupação ou o período da estadia de Maria Luísa em Benguela, mas o registro de óbito indica que sua morte não foi súbita. Maria Luísa teve tempo de nomear um testamenteiro antes de falecer e destinar os seus bens a seus filhos residentes na Bahia.

Outro caso que chama a atenção nos registros de óbitos é o de Joana Josefa da Conceição, preta livre batizada em Santo Antônio de Casa Branca, em Minas Gerais, e casada em Vila Rica, atual Sabará, com João Correia de Aguiar. Joana Josefa estava sozinha em Benguela quando faleceu. A maior autoridade colonial no porto, o capitão-mor José Vieira de Araújo, se encarregou do enterro, providenciando que o corpo fosse enterrado e identificando-se como primeiro testamenteiro da falecida<sup>52</sup>.

Em ambos os casos, as mulheres não receberam o título de dona antes de seus nomes, ao contrário das residentes mais abastadas e bem posicionadas socialmente em Benguela, como dona Catarina Rodrigues Gomes, dona Lucrecia Vieira de Lemos, e outras tantas<sup>53</sup>. A maioria das donas em Benguela era registrada sem menção à cor, como branca ou como parda – só há duas exceções nos livros de óbitos: dona Caetana, preta livre, casada com Crispim Brás e dona Ana, preta de Luanda, solteira<sup>54</sup>. As outras 127 mulheres que receberam o título de donas nos assentos de óbito são identificadas como brancas (3), pardas (13), menores ou inocentes (3) e a maioria (108) das mulheres não tem qualquer menção às suas cores<sup>55</sup>. Porém, esse não foi o caso da Joana Josefa da Conceição, de Minas Gerais, ou de Maria Luísa, da Bahia. Ambas foram identificadas como pretas livres, como várias mulheres enterradas em Benguela que eram originárias do sertão ou de outras localidades na África centro ocidental, sugerindo que elas não eram consideradas donas e portanto careciam de uma rede de proteção local que as inserisse no mundo colonial, como já foi discutido anteriormente.

E o que faziam essas mulheres em Benguela? Segundo AidaFreudenthal, “a economia dependia da chegada de barcos que descarregavam gerebita, panos e armas, para em troca carregarem os porões de peças destinadas à outra margem do

<sup>51</sup> ABL, Benguela, Livro de Óbitos, 1770 -1796, fl. 45V, 4 mar. 1776.

<sup>52</sup> ABL, Benguela, Livro de Óbitos, 1770 -1796, fl. 43V, 27 set. 1775.

<sup>53</sup> Respectivamente ABL, Benguela, Livro de Óbitos, 1770 -1796, fl. 132V, 30 ago. 1774; fl. 133V, 15 out. 1774.

<sup>54</sup> ABL, Benguela, Livro de Óbitos, 1770 -1796, fl. l. 121V, 30 mai. 1783; e ABL, Benguela, Livro de Óbito, 1797-1831, fl. 66, 19 mai. 1810.

<sup>55</sup> São analisados aqui 2461 assentos de batismo registrados em dois livros de óbitos, as datas limites do primeiro são 1770-1796; do segundo, 1797-1831. Localizei ainda um terceiro livro no arquivo do bispado de Luanda, cujas datas limites são 1874-1876, além do período analisado aqui.

Atlântico”<sup>56</sup>. Considerando que o negócio mais atraente na cidade era o comércio de escravos, presumo que ambas estavam em Benguela em expedições comerciais. Provavelmente Maria Luísa e Maria Josefa foram a Benguela para adquirir escravos e revendê-los no Brasil. A maioria dos navios negreiros que partia de Benguela na segunda metade do século dezoito se dirigiu a portos brasileiros, principalmente os do Rio de Janeiro e Salvador. Assim não é surpreendente encontrar comerciantes baianos ou cariocas na documentação de Angola; o que é raro é que sejam mulheres. Apesar de não estar claro quanto tempo Maria Luísa e Josefa passaram no porto antes do falecimento, numa cidade de menos de 3 mil habitantes no final do século XVIII, provavelmente suas estadias não passaram despercebidas, apesar do silêncio das fontes administrativas.

Em ambos os casos está claro que essas mulheres não tinham família em Benguela, porém isso não as impediu de atravessar o Atlântico em direção ao leste em busca de novas oportunidades. Embora a economia de Minas Gerais estivesse em declínio na segunda metade do século XVIII, os proprietários de escravos tinham começado a diversificar a economia, investindo na agricultura e na pecuária<sup>57</sup>. Na Bahia, a economia estava em expansão, com engenhos de açúcar criando uma demanda contínua por mão de obra escrava<sup>58</sup>. Essas mudanças ajudam a explicar a expansão da exportação de africanos escravizados no porto de Benguela na virada para o século XIX<sup>59</sup>. A presença dessas comerciantes da outra margem do Atlântico levanta algumas questões sobre a organização do comércio de escravos. Se essas mulheres foram a Benguela comprar escravos, atuavam elas sozinhas ou em associação com negociantes locais e Atlânticos? Eram esposas ou sócias de capitães de navios negreiros e por isso estavam em Benguela? Além disso, onde se hospedavam enquanto estavam no porto e com quem se relacionavam? De que forma atuavam em associação com as donas locais? A presença das comerciantes da outra margem do Atlântico enfatiza que as trocas eram mais complexas do que até agora estudado.

### **Os comerciantes da África ocidental: uma diáspora comercial?**

Além das donas, outro grupo de comerciantes que operava em Benguela e que ainda não recebeu grande atenção por parte dos investigadores é o composto por indivíduos oriundos de outras regiões do continente africano, mais especificamente

---

<sup>56</sup> FREUDENTHAL, “Benguela...”, p. 202.

<sup>57</sup> PAIVA, Eduardo França. “Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial”. *Revista de História*, n. 133, dez. 1995, p. 49-57. BERGAD, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Nova York: Cambridge University Press, 1999. CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

<sup>58</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 415-438. CANDIDO, “Trans-Atlantic links...”, p. 245.

<sup>59</sup> Ver: CURTO, José C. “Luso-Brazilian alcohol and the legal slave trade at Benguela and its Hinterland, c. 1617-1830”. In: BONIN, H.&CAHEN, Michel (orgs.). *Négoce blanc en Afrique Noire: l'évolution du commerce à longue distance en Afrique noire du 18e au 20e siècles*. Paris: Publications de la Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, 2001, p. 351-369.



dos portos da África ocidental, região geralmente chamada de Costa da Mina na documentação portuguesa e que incluía os portos do golfo da Guiné, como Elmina, Ajudá e Porto Novo, embora essa definição tenha sofrido mudanças ao longo da era do comércio transatlântico<sup>60</sup>. Além dos comerciantes vindos de Portugal e do Brasil, indivíduos dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, Cabo Verde, Goa e localidades no reino da Espanha, como Galícia, Salamanca, Valência e Madri, também se estabeleceram em Benguela, indicando que o comércio ia além dos limites do império português<sup>61</sup>. Para esse estudo, limitarei a minha análise a homens oriundos de outras localidades do continente africano.

Registros de batismos do presídio de Caconda, no sertão, revelam que, nas últimas décadas do século dezoito, homens naturais da Costa da Mina e São Tomé residiam no interior de Benguela. Sebastião José de Carvalho, da Costa de Mina, batizou dois filhos na Freguesia de Santa Ana, uma capela instalada no sobado de Galangue na década de 1780. Cecília foi registrada como sua filha legítima, fruto do casamento com dona Rosa Francisca César. No mesmo dia, Sebastião também batizou Francisco, filho que teve com sua escrava Esclaria José, natural do Bailundo<sup>62</sup>. A chegada de um novo padre em Galangue deve ter motivado a série de batismos no mesmo dia. Não sabemos o que motivou a imigração desse indivíduo e tampouco o que o levou a dirigir-se ao interior ao invés de ficar no litoral. A escolha do sobado de Galangue deve ter sido motivada por questões tais como maior possibilidade de lucros e acesso às mercadorias e aos escravos que vinham do interior, com alcance limitado do exército e do controle colonial<sup>63</sup>.

Comerciantes luso-africanos atuantes no interior acabavam por formar importantes grupos sociais e econômicos que os diferenciava do restante da população local, podendo inclusive ocupar cargos na administração colonial, a exemplo dos capitães-mores enviados para os sobados do interior, como Galangue<sup>64</sup>. O sobado de Galangue era um dos estados nas vizinhanças do presídio de Caconda, no planalto de Benguela, que, apesar de ter declarado vassalagem aos portugueses e receber padres católicos no seu território, representava grande ameaça ao poderio militar colonial. Segundo “testemunhos fidedignos” mais de 13.500 armas de fogo estavam à disposição do soba do Galangue em 1786, enquanto a força colonial do presídio de Caconda se limitava a 40 soldados e 60 armas de fogo, dando uma ideia de como o poderio militar não estava nas

---

<sup>60</sup> Para a definição e significado da designação Costa da Mina, ver: VIANA FILHO, Luís. *O negro na Bahia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 26. LAW, Robin. “Ethnicities of enslaved Africans in the Diaspora: on the meanings of “Mina” (again)”, *History in Africa*, vol. 32, n. 1, p. 247-267, 2005. SOARES, Mariza de Carvalho. “A ‘Nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império Português, século XVIII”. *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 26, n. 2, 2004, p. 303-330.

<sup>61</sup> ABL, Benguela, Livro de Óbito, Benguela, 1770-1796 e 1797-1831.

<sup>62</sup> ABL, Caconda, Batismo, 1771-1830, fl. 40v, 11 jul. 1786.

<sup>63</sup> Para mais informação sobre a capela de Santa Ana em Galangue ver AHA, cod. 155, fl. 2v-4v, 2 mai. 1817. CANDIDO, *An African slaving port...*, p. 307-308. Para outros casos de comerciantes que preferiram se instalar no interior, ver: CANDIDO, “Merchantsof Benguela...”, p. 7-8.

<sup>64</sup> AHU, Angola, cx.129, doc. 47, 5 out. 1814. Ver também: SILVA, *DutchandPortuguese...*, p. 157-158. CANDIDO, Mariana P., *Fronteras de Esclavización: Esclavitud, Comercio e Identidaden Benguela, 1780-1850*. Cidade do México: El Colegio de Mexico, 2011, p. 128-130.

mãos portuguesas<sup>65</sup>. O soba de Galangue era considerado um dos mais temidos e guerreiros, protetor de degredados e escravos fugidos, desafiando os tratados de vassalagem assinados com a coroa portuguesa. Sob seu comando viviam uma série de sobetas, ou líderes de menor poder político<sup>66</sup>.

Comerciantes que desejavam escapar ao controle português e aumentar seus lucros se instalavam diretamente sob a proteção de um soba no interior, o que lhes dava a possibilidade de enviar caravanas à costa sem ter que depender de intermediários ou agentes dos sobados ao mesmo tempo que evitavam o controle fiscal da coroa portuguesa. Se transformavam, assim, eles próprios em intermediários, conectando os mercados do interior à costa. Esses luso-africanos desfrutavam de grande prestígio nos sobados, atuando como secretários, intérpretes e até como conselheiros dos líderes locais. O fato de eles serem cristãos, falarem português e saberem escrever – ou, pelo menos, assinar os seus nomes como pode ser visto nos registros eclesiásticos, lhes dava acesso privilegiado às elites políticas e econômicas dos sobados<sup>67</sup>. Sebastião José Carvalho não era o único elemento externo no sobado de Galangue. Indivíduos de outras localidades do continente africano, como André Pereira Neto de Siqueira e Manoel do Rosário, ambos de São Tomé, e Pedro de Ledema, da Salamanca na Espanha, também batizaram seus filhos no final do século XVIII<sup>68</sup>. Apesar da existência desses homens nos registros eclesiásticos, sua presença não foi documentada na correspondência oficial, criando a ilusão de que os luso-africanos eram todos agentes locais, brasileiros e europeus que haviam decidido “viver no mato”. No entanto a presença desses homens da África ocidental demonstra que entre os agentes comerciais livres também havia aqueles originários de outros portos do continente africano. Contrariando os esforços de controle de circulação de pessoal no interior, os comerciantes da Costa da Mina e São Tomé, além de outros de várias localidades, evitavam as feiras oficiais organizadas nos presídios no interior de Benguela com o objetivo de escapar do controle fiscal da coroa<sup>69</sup>.

Os registros de casamento de Benguela revelam a presença de pelo menos três homens de outros portos africanos, um de São Tomé e dois da Costa da Mina na primeira metade do século dezenove. Todos tinham nomes católicos, sugerindo um

---

<sup>65</sup> AHU, Angola, cx. 71, doc. 60, 15 nov. 1786, inclusive para o chamado “testamunho fidedigno”.

<sup>66</sup> IHGB, DL32,02.01, 1798, 1-6v.; e AHU, Angola, cx. 87, doc. 5, 2 jan. 1798.

<sup>67</sup> Ver: VANSINA, J. “Long-distance trade-routes in Central Africa”. *The Journal of African History*, vol. 3, n. 3, 1962, p. 375-390. Para mais sobre o assunto, ver: HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental: entre 1850 e 1890*. Lisboa: Caminho, 2004, p. 56-62. ALEXANDRE & DIAS, *O Império africano...*, p. 355-367. TAVARES, Ana Paula & SANTOS, Catarina Madeira. *Africæmonumenta: Arquivo CaculoCacahenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002. SANTOS, Catarina Madeira. “Escrever o poder; os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu”. *Revista de História*, n. 155, 2006, p. 81-95.

<sup>68</sup> ABL, Caconda, Livro de Batismo 1771-1836, fl. 41V, 20 jul. 1786; fl. 48v, 8 out. 1790 e fl. 46, 21 out. 1786. Os assentos de batismo de Galangue foram registrados no livro de batismo de Caconda.

<sup>69</sup> Ver: ALEXANDRE & DIAS, *O Império africano...*, p. 360-361. ANTUNES, Cátia. “Free agents and formal institutions in the Portuguese Empire: towards a framework of analysis”. *Portuguese Studies*, vol. 28, n. 2, 2012, p. 173-185. ANTUNES, Cátia & SILVA, Filipa Ribeiro da. “Cross-cultural entrepreneurship in the Atlantic: Africans, Dutch and Sephardic Jews in Western Africa, 1580-1674”. *Itinerario*, vol. 35, n. 1, 2011, p. 49-76.

contato com a igreja católica que antecedia a sua presença em Benguela. Francisco Xavier da Costa, preto forro de São Tomé, pode não ter se deslocado a Benguela por livre e espontânea vontade, visto seu passado em cativo. Porém, ao ver-se em uma terra distante, casou-se em 1806 com Marta Maria da Conceição, também preta forra natural de Benguela<sup>70</sup>. Assim como Francisco Xavier da Costa, outros homens oriundos de portos africanos imigraram para Benguela. Francisco Teixeira, natural da Costa da Mina, casou-se em 1808 com Juliana Maria de Assunção, mulher do sertão<sup>71</sup>. O caso mais interessante parece ser o de Joaquim José de Almeida, também da Costa da Mina. Como outros personagens do mundo atlântico, Joaquim José de Almeida era um homem de vários lugares<sup>72</sup>. Batizado em Salvador, Joaquim José de Almeida pode ser considerado um típico negociante do Atlântico, atravessando mares e conectando portos e mercados na África ocidental, Brasil e na África centro ocidental. Como outros comerciantes, José Joaquim de Almeida casou com Rita Nunes, natural de Benguela, filha de dois libertos, Esperança Antônia e Povedônio Nunes, ambos já falecidos quando da realização do casamento<sup>73</sup>. Impossível entender as motivações de ambos cônjuges, mas Rita Nunes não era a típica dona de Benguela, filha de comerciantes luso-africanos ou de sobas. Ela era filha de ex-escravos, antes pertencentes ao comerciante Nazário Marquês, que havia sido procurador de dona Joana Gomes Moutinho, o primeiro caso tratado nesse ensaio, em 1806. Rita e sua irmã Ana eram mulheres livres, graças aos esforços de seus pais. Quando Rita nasceu, sua mãe ainda vivia em cativo, porém graças a intervenção de Matias da Costa Bahia, cônego de São Tomé, a menina foi registrada como forra. Entre 1797 e 1802, o casal investiu na liberdade de Esperança Antônia garantindo que Ana, a segunda filha do casal, nascesse livre<sup>74</sup>. Batizada em Benguela em 1797, Rita Nunes provavelmente conhecia comerciantes e autoridades locais, escravos e toda a gama de residentes no porto que seriam úteis a um recém-chegado, como Joaquim José de Almeida. Apesar de não ser filha de soba, Rita provavelmente falava mais de uma língua, tinha bons contatos com mercados internos e bem como posses que facilitassem a instalação de um estrangeiro em uma nova localidade. Difícil entender a motivação desses indivíduos, mas ao invés de uma união temporária Rita e José Joaquim se casaram na Igreja.

A existência dessa diáspora comercial no continente africano problematiza o

---

<sup>70</sup>ABL, Benguela, Livro de Casamento, 1806-1853, fl. 1, 6 nov. 1806. Não foi possível localizar registros de casamentos referentes à cidade de Benguela anteriores ao século XIX no Arquivo do Bispado de Luanda.

<sup>71</sup>ABL, Benguela, Livro de Casamento, 1806-1853, fl. 2v, 3 abr. 1808.

<sup>72</sup>ABL, Benguela, Livro de Casamento, 1806-1853, fl. 13, 11 nov. 1815. Para outros casos de personagens atlânticos, ver: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos & CARVALHO, Marcus Joaquim. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdades no Atlântico Negro* (c. 1822-1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. SWEET, *Domingos Álvares...* LAW, Robin & LOVEJOY, Paul E. (orgs.). *The biography of Mahommah Gardo Baquaqua: his passage from slavery to freedom in Africa and America*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2001. MEUWESE, Mark & FORTIN, Jeffrey (orgs.). *Atlantic biographies: individuals and peoples in the Atlantic World*. Leiden: Brill, 2013.

<sup>73</sup>ABL, Benguela, Livro de Casamento, 1806-1853, fl. 13, 11 nov. 1815.

<sup>74</sup>ABL, Benguela, Livro de Batismo, 1794-1814, fl. 65, 18 mar. 1797; ABL, Benguela, Livro de Batismos, 1794-1814, fl. 170v, 29 set. 1802.

entendimento das comunidades mercantis na costa da África centro ocidental. José Joaquim de Almeida, Francisco Xavier da Costa e outros não eram europeus, nem do Novo Mundo; eram do continente africano, de áreas com grande influência portuguesa, que se deslocaram para novos mercados diante das mudanças no comércio transatlântico. Pioneiros e auxiliares nos processos de exploração e ocupação de novos territórios, esses indivíduos ajudaram a criar mercados, espaços de comunicação e de troca cultural e comercial<sup>75</sup>. Em Benguela e no interior, fizeram o que vários comerciantes faziam ao chegar a uma nova localidade: casaram-se com mulheres locais que poderiam abrir portas para novas parcerias comerciais, além de lhes fazer companhia em terras novas. O curioso é que não se uniram em concubinato, o que era mais comum, uma vez que essas uniões foram legalizadas na Igreja de Nossa Senhora do Pópulo. Ao contrário dos casamentos temporários, de conveniência, que segundo outros autores destacam e que caracterizavam as uniões entre europeus e africanas, a igreja legalizava essas uniões aos olhos do império e da sociedade local<sup>76</sup>.

A chegada de Joaquim José de Almeida e outros comerciantes da Costa da Mina, na segunda década do século XIX, pode ser entendida como consequência da repressão britânica ao comércio de escravos na África ocidental e da busca por outros mercados nos quais a exportação de escravos fosse legal. Porém os registros eclesiásticos indicam que comerciantes da Costa da Mina e São Tomé já estavam instalados no interior de Benguela nas últimas décadas do século XVIII. Quais seriam os motivos que levaram à ida desses comerciantes para Benguela antes da repressão britânica? Seria o lucro e a perspectiva de enriquecimento? O fato de indivíduos naturais de São Tomé, Costa da Mina, além de Luanda terem atuado no comércio costeiro e sertanejo em Benguela sugere a existência de uma diáspora de comerciantes luso-africanos que deve ter causado certo impacto numa cidade com menos de 3 mil habitantes. Eles não se limitavam a mercados próximos, mas chegavam a imigrar para portos mais distantes, como o caso de Benguela.

### **As várias comunidades mercantis de Benguela**

Nas últimas décadas vários estudos foram publicados sobre a organização do comércio transatlântico em Angola e a atuação de certos indivíduos, entretanto poucos são os estudos que exploram a relação entre a costa e o interior e a participação dos sobados no comércio atlântico<sup>77</sup>. Esse estudo é um esforço de

---

<sup>75</sup>Sobre os ambaquistas como pioneiros ligando mercados e comunidades, ver: HEINTZE, *Pioneiros africanos...*

<sup>76</sup>Para casos dos chamados casamentos à moda do país, ver: JONES, "From marriage à la mode...", p. 27-48. SEARING, James F. *West African slavery and Atlantic commerce: the Senegal River Valley, 1700-1860*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 65-84.

<sup>77</sup>Para a organização do comércio de escravos na África centro ocidental, ver: MILLER, *Way of death...* CURTO, José. *Enslaving spirits: the Portuguese-Brazilian alcohol trade at Luanda and its Hinterland, c. 1550-1830*. Leiden: Brill, 2004. FERREIRA, *Dos sertões ao Atlântico...* CANDIDO, "Merchants of Benguela...". SILVA, "The Atlantic Slave Trade...". Para estudos que exploram o comércio entre a costa e o interior, ver: MILLER, Joseph C. *Kings and Kinsmen: early Mbundu States in Angola*. Oxford: Clarendon Press, 1976. MILLER, Joseph C. "Angola Central e Sul por volta de 1840". *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 32, 1997, p. 07-54. VANSINA, Ambaca & CANDIDO, Mariana P. "Trade, Slavery and migration in the interior of Benguela: the case of the Caconda,



problematizar a unidade da comunidade mercante de Benguela, indicando que diferentes atores atuavam no comércio, muitas vezes com propósitos distintos. A atuação dos agentes não europeus continua a ser quase invisível na historiografia.

As mulheres africanas que se uniam aos comerciantes estrangeiros eram muitas vezes economicamente independentes dos seus companheiros, inclusive porque muitas vezes já tinham uma carreira consolidada quando se uniram aos estrangeiros<sup>78</sup>. Muitas eram proprietárias de lojas, bares e navios negreiros, o que lhes permitia acumular bens materiais e proteger os interesses de seus descendentes e agregados. Não está claro se as mulheres oriundas da colônia do Brasil tiveram a mesma possibilidade de acumular riqueza, no entanto o fato de que se deslocaram para Benguela sozinhas indica o grau de autonomia delas frente a seus maridos e filhos. Vindas da outra margem do Atlântico ou não, as mercadoras tiveram um papel de destaque no desenvolvimento das atividades comerciais no porto e atuavam em várias frentes. Assim como os pombeiros e os comerciantes de grosso trato, mercadoras organizavam as mercadorias a serem trocadas por escravos no interior, combinando tecidos, miçangas, sal, álcool e pólvora em banzos<sup>79</sup>. Algumas inclusive lideravam caravanas em direção aos mercados no interior. Embora negociantes de várias origens e locais de atuação no mundo atlântico tenham deixado registros de suas operações, incluindo livros de contabilidade através dos quais podemos ver a quantidade e a qualidade das mercadorias necessárias para adquirir escravos em diferentes mercados, é difícil localizar o mesmo tipo de evidência histórica para os comerciantes não europeus que atuavam na África centro ocidental<sup>80</sup>.

No caso dos agentes africanos é difícil identificar as suas redes de atuação e as relações de crédito e confiança, essenciais para a manutenção do comércio

---

1830-1870". In: HEINTZE, Beatrix & OPPEN, Achim von (orgs.). *Angola on the move: transport routes, communications, and History*. Frankfurt am Main: Lembeck, 2008, p. 63-84. CANDIDO, *An African Slaving port...*

<sup>78</sup> Para situação semelhante em contexto diferente, ver: ANTUNES & SILVA, "Cross-cultural entrepreneurship...", p. 53. Para as mercadoras de escravos, ver: BROOKS, "Signares of Saint-Louis...". PANTOJA, "Gênero e comércio...", p.79-97. ASHCRAFT-EASON, Lillian. "'She voluntarily hatchcome': a Gambian woman trader in Colonial Georgia in the 18th Century". In: LOVEJOY, Paul E. (org.). *Identity in the shadow of Slavery*. Nova York: Continuum, 2000, p.202-221. CANDIDO, Mariana P. "African freedom suits and Portuguese vassal status: legal mechanisms for fighting enslavement in Benguela, Angola, 1800-1830". *Slavery & Abolition*, vol. 32, n. 3, 2011, p. 447-459. CANDIDO, "Aguide: marchande...". OLIVEIRA, "Notas preliminares...", p. 155-176.

<sup>79</sup> MILLER, *Way of death*, p. 295-299. CANDIDO, "Merchants of Benguela...", p. 15-19. LOPES, Gustavo Acioli & MENZ, Maximiliano Max. "Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (Século XVIII)". *Afro-Ásia*, vol. 37, 2008, p. 43-72.

<sup>80</sup> ANTUNES, Cátia. *Globalisation in the Early Modern period: the economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640-1705*. Amsterdam: Aksant, 2004. HANCOCK, David. "The emergence of an Atlantic Network economy in the 17th and 18th Centuries: the case of Madeira". In: CURTO, Diogo Ramada & MOLHO, Anthony (orgs.). *Commercial networks in the Early Modern World*. Florence: European University Institute, 2002, p. 18-58. EBERT, Christopher. "Dutch trade with Brazil before the Dutch West India Company, 1587-1621". In: POSTMA, Johannes & ENTHOVEN, Victor (orgs.). *Riches from Atlantic commerce: Dutch transatlantic trade and shipping, 1585-1817*. Leiden: Brill, 2003, p. 49-75. MARZAGALLI, Silvia. "Establishing transatlantic trade networks in time of war: Bordeaux and the United States, 1793-1815". *Business History Review*, vol. 79, n. 4, 2005, p. 811-844.

de longa distância. Negociantes estabelecidos na costa viajavam ao interior para estabelecer contatos comerciais, comprar escravos e cobrar dívidas, assim como os agentes dos sobas no interior despachavam enviados comerciais aos centros coloniais. Apesar da maior parte das trocas terem sido de mercadorias importadas por seres humanos, outros produtos como cera, urzela, marfim e peles de animais também eram comercializados<sup>81</sup>. Durante os primeiros dois séculos de contato em Benguela, as autoridades lisboetas faziam requisições de zebras, elefantes e pássaros, além da constante busca por minérios que caracterizou os primeiros anos da expansão marítima portuguesa. Parte dos produtos “exóticos” enviados de Benguela, como os ovos de avestruz, penas de pássaros, peças de marfim pode ser observado em museus europeus como o Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, o Museu Nacional de Artes Decorativas, em Madri, ou o Museu Britânico, em Londres, além de outros<sup>82</sup>.

Apesar de o comércio entre o interior e o litoral provavelmente anteceder a chegada dos portugueses, a demanda atlântica alterou os valores econômicos e favoreceu a emergência de uma elite luso-africana, da qual participavam as donas e os mercadores da Costa da Mina, São Tomé e outros portos com grande influência portuguesa. Assim como mão de obra escrava africana e produtos como cera e marfim ganharam nova dimensão, miçangas, álcool, e resmas de papel adquiriram novo significado nos mercados litorais e do sertão. A nova elite política e comercial exigia a importação de certos produtos associados com prestígio social e poder. Comerciantes luso-africanos e soberanos locais compravam e vestiam calças, sapatos, xales, cintos, assim como bebiam cachaça brasileira<sup>83</sup>. Como intermediários culturais, os agentes não europeus facilitaram a expansão de uma série de valores associados com a presença portuguesa e o colonialismo, assim como impuseram a adoção de uma série de ideias e vocabulários locais na administração colonial. Termos como arimo, tendala, mucanos entraram na correspondência colonial graças ao papel desses intermediários culturais, representantes desse mundo em

---

<sup>81</sup> Para a importância dos laços pessoais e as redes de confiança e crédito, ver: SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Merchant networks in the Early modern world*. Aldershot: Variorum, 1996. LOVEJOY & RICHARDSON, “Trust, pawnship...”. STUDNICKI-GIZBERT, “La ‘Nation’ Portugaise: réseaux marchands dans l’espace Atlantique à l’époque Moderne”. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, vol. 58, n. 3, 2003, p. 627-648. GERVAIS, Pierre. “Neither imperial, nor Atlantic: a merchant perspective on international trade in the eighteenth century”. *History of European Ideas*, vol. 34, n. 4, 2008, p. 465-473. Sobre a expansão do comércio legítimo no século XIX, ver: FREUDENTHAL, *Arimos e fazendas...*CANDIDO, “Trade, slavery and migration...”, p. 70-76. Para outros portos onde o comércio de escravos gerou crescimento e diversificação econômica, ver: MANN, Kristin. *Slavery and the birth of an African city: Lagos, 1760-1900*. Bloomington: Indiana University Press, 2007, p. 64-66.

<sup>82</sup> Ver o catálogo da exposição “Portugal e o Mundo nos séculos XVI e XVII”, que documenta o comércio em esculturas em pedra e marfim entre os portugueses e povos africanos e sua distribuição pela Europa. LEVENSON, Jay A. (org.). *Encompassing the Globe: Portugal and the World in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> Centuries*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2009, p. 145-181.

<sup>83</sup> CURTO, *Enslaving spirits...*, p. 365. TAVARES, Ana Paula & SANTOS, Catarina Madeira. “Uma leitura africana das estratégias políticas e jurídicas: textos dos e para os Dembos”. In: TAVARES, Ana Paula & SANTOS, Catarina Madeira (orgs.). *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002, p. 243-260. CANDIDO, *An African slaving port...*, p. 274-275. LOPES & MENZ, “Resgate e mercadorias...”.

movimento e facilitadores das conexões interculturais<sup>84</sup>. Entretanto, a historiografia se limita a analisar a participação dos agentes europeus e, quando muitos, os negociantes vindo das Américas. O lado africano da história, como David Hancock já afirmou, permanece em silêncio<sup>85</sup>.

Não há dúvidas que o crescimento do comércio Atlântico trouxe novas oportunidades para os comerciantes locais. Ainda que a exportação de escravos fosse monopólio da coroa portuguesa, negociantes podiam requisitar licenças e despachar navios negreiros. Além disso, uma série de serviços auxiliares tinha que ser oferecida para os residentes e agentes que temporariamente se instalavam no porto. Carregadores, lavadeiras, cozinheiros, costureiras, cirurgiões, curandeiros, marinheiros, tanoeiros, sapateiros eram alguns dos ofícios essenciais a um porto escravagista. Além disso, o fato de ser um centro colonial implicava a existência de soldados, administradores, fiscais, juizes e os costumeiros padres da igreja católica vinculados ao poder colonial. A população local oferecia esses serviços, além de atuar como agricultores, caixeiros e vendedores. A chegada constante de caravanas do interior e de mercados costeiros favorecia a expansão do comércio das almas, atraindo negociantes de Lisboa, Rio de Janeiro, Salvador, Luanda, Cacheu e Ajudá.

Nas sociedades da África centro ocidental, a acumulação de um grande número de agregados domésticos era fator importante na organização social. Mercadores locais e estrangeiros investiam na aquisição de escravos e recrutamento de dependentes livres, assim como em relações que tivessem o potencial de aumentar o número de agregados domésticos. A reprodução natural era o método mais claro para aumentar o número de dependentes, porém a incorporação de parentes distantes, refugiados, deslocados e escravos também favorecia a expansão dos agregados domésticos. Assim o número de agregados domésticos se expandia verticalmente e horizontalmente, permitindo que negociantes estrangeiros se unissem a famílias bem estabelecidas, recriando novos laços de parentescos que consolidavam parcerias comerciais<sup>86</sup>. O casamento de negociantes estrangeiros com mulheres locais era um desses mecanismos de integração social. Nos sobrados e nas sanzalas<sup>87</sup>, onde várias donas residiam, os agregados tinham obrigações em relação aos afazeres domésticos e trabalhos prestados permitindo aos chefes de família, que em muitos casos eram mulheres, a acumulação de patrimônio em

---

<sup>84</sup> PANTOJA, "Donas de 'arimos'...", p. 35-49. HEYWOOD, "Portuguese into Africa...", p. 91-114. FERREIRA, *Cross-cultural Exchange...*, p. 88-100; CANDIDO, *An African slaving port...*, p. 122-139.

<sup>85</sup> HANCOCK, "Commerceandconversation...".

<sup>86</sup> Para a importância da noção de parentesco – fictício ou real – entre as populações da África centro ocidental, ver: MILLER, Joseph C. "Imbangala line age slavery". In: MIERS, Suzann& KOPYTOFF, Igor (orgs.). *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977, p. 205-233. PRITCHETT, James Anthony. *The Lunda-Ndemba: style, change, and social transformation in South Central Africa*. Madison: University of Wisconsin Press, 2001, p. 07-13.

<sup>87</sup> Sanzala, na documentação de Angola, se refere às habitações de tijolo ou pau a pique, erguidas no limite do centro urbano. Isabel de Castro Henrique define a sanzala como "conjunto de habitações pertencentes a um fragmento clânico". HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, p. 767. Na documentação que eu consultei não está claro se todos os residentes de uma sanzala são membros do mesmo clã ou linhagem.

forma de bens ou trabalho que lhes asseguravam a possibilidade de mobilidade social. Em troca, o chefe da família oferecia proteção, vínculos sociais e contatos. O casamento não era necessariamente o vínculo mais forte dentro da família extensa, permitindo que homens estrangeiros fossem temporariamente integrados ou afastados do seio nuclear<sup>88</sup>.

Alianças entre comerciantes estrangeiros e elites políticas eram comuns e, em grande parte, ditavam o sucesso de operações comerciais subsequentes<sup>89</sup>. No século XIX, os comerciantes da Costa da Mina continuavam a prática dos primeiros anos da expansão portuguesa em Benguela. Ao chegar a uma nova terra, os mercadores estrangeiros se uniam à família de um soba local ou de luso-africanos influentes em Benguela e com isso estabeleciam novos laços de parentesco criando novas oportunidades. Semelhante ao que aconteceu em Lagos e Ajudá, os residentes recebiam os visitantes, lhes ofereciam acomodações e os apresentavam à sociedade<sup>90</sup>. Essas associações favoreciam o contato estreito entre administradores coloniais, negociantes e líderes políticos dos estados e chefaturas localizadas no litoral e no sertão. Relações íntimas entre negociantes, autoridades coloniais e sobas beneficiavam a todos e os vinculava à continuação e expansão da violência necessária para capturar e escravizar a população local. Além disso, a pressão dos capitães de navios negreiros, ávidos por comprar cativos, favoreceu um ciclo constante de razias e guerras. Na década de 1790, por exemplo, conflitos entre distintos sobados ao redor dos presídios de Caconda e Quilengues resultaram em centenas de pessoas capturadas e um número não estimado de refugiados que se deslocaram para Benguela à procura de proteção<sup>91</sup>. Em situações como essas, residentes mais abastados ofereciam proteção aos recém-chegados, aumentando o número de agregados domésticos. Refugiados também corriam o risco de cair como presas nas mãos de grupos armados e serem vendidos como escravos, indicando que o limite entre liberdade e escravidão era tênue. Além disso, conflitos armados na região continuaram nas primeiras décadas do século dezanove, com negociantes de Benguela queixando-se ao governador por terem suas caravanas

---

<sup>88</sup>EKEJIUBA, Felicia I. “Down to fundamentals: women-centred hearth-holds in rural West Africa”. In: CORNWALL, Andrea (org.). *Readings in gender in Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 2005, p. 41-46. MANN, *Slavery and the birth...*, p. 68-70. SHELDON, Kathleen. “Markets and gardens: placing women in the History of urban Mozambique”. *Canadian Journal of African Studies*, vol. 37, n. 2/3, p. 358-395, 2003. STOLER, *Carnal knowledge...*

<sup>89</sup>CURTIN, *Cross-cultural trade...*, p. 01014. Para estudos que enfatizam como o comércio de longa distância facilitou a dispersão de culturas, ver: LOVEJOY, Paul E. “The KambarinBeriberi: theformationof a specializedgroupofHausaKolatraders in theNineteenthCentury”. *The Journal of African History*, vol. 14, n. 4, 1973, p. 633-651. VANSINA, “Long-distancetade-routes...”, p. 375-390. Para a associação entre portugueses e elites locais, ver: HAVIK, “Comerciantes e concubinas...”. PANTOJA, “Women’s work in the fairs...”. RODRIGUES, Eugénia. “Chiponda, a senhora que tudo pisa com os pés: estratégias de poder das donas dos prazos do Zambeze no século XVIII”. *Anais de História de Além-Mar*, vol. I, 2000, p. 101-132. CANDIDO, “Aguide: marchande de Benguela...”. CANDIDO, “Concubinage and slavery...”. Para casos além do Império português, ver: SCHMIDT, Elizabeth. “Farmers, hunters, and gold-washers: a reevaluation of women’s roles in Precolonial and Colonial Zimbabwe”. *African Economic History*, n. 17, 1988, p. 45-80. SCULLY, “Malintzin, Pocahontas, and Krotoa...”. BROOKS, “Nhara of Guine-Bissao...”. BROOKS, “Signares of Saint-Louis...”.

<sup>90</sup>MANN, *Slavery and the Birth...*, p.68-70.

<sup>91</sup>CANDIDO, *Fronteras de esclavización...*, p.166-169.

roubadas constantemente nas viagens entre os presídios de Quilengues e Caconda e a costa. Esse fato gerava novos ciclos de violência e captura de indivíduos livres, abastecendo o comércio Atlântico com um crescente número de africanos escravizados<sup>92</sup>. A movimentação de grupos de refugiados e deslocados alterava a organização política, precipitando novas alianças e adoção de novas identidades. Os comerciantes de Benguela se beneficiavam diretamente da expansão da violência, como vendedores de escravos ou como residentes abastados com um grande número de dependentes, o que conseqüentemente aumentava a capacidade de produção nas unidades domésticas. A ação dos comerciantes costeiros, aliadas às razias e conflitos armados, favoreceu a alteração de sistemas jurídicos, o surgimento de novos valores sociais, a banalização da violência e a consolidação da escravidão como sistema produtivo<sup>93</sup>.

A prosperidade de Benguela na segunda metade do século dezoito atraiu comerciantes brasileiros, europeus, de São Tomé, Costa da Mina e outros portos africanos. Em 1768 Benguela era descrita como “o mais rico lugar do comércio de toda aquela costa e o mais próprio para vastos e úteis projetos, e esta era o que se achava mais desarmado, sem alguma defesa, desamparado, sem a mais leve sombra de justiça e dispostos a receber o primeiro que entrasse a comerciar, fosse natural, estrangeiro, pela falta de providências”<sup>94</sup>. E era justamente essa frágil presença da coroa portuguesa que tornava Benguela tão atrativa, pois oferecia aos comerciantes a perspectiva de atuar sem a supervisão e controle de administradores. O limite entre o que era lícito e ilícito não era claro, em um centro colonial onde a aplicação da lei era negociável e sujeita aos interesses pessoais de administradores<sup>95</sup>.

Mercadores de diversas partes se instalaram no porto e sua presença só é visível nos poucos relatos de viajantes que passaram por lá ou nos registros eclesiásticos. A comunidade mercantil era cosmopolita e deu origem a gerações de mestiços que

---

<sup>92</sup> AHA, Cod. 442, fl. 153v, 18 jan.1800; AHA, Cod. 323, fl. 65v, 28 set. 1812. Para mais exemplos de pessoas sequestradas, ver: CANDIDO, “Limite ténue...”, p.178-190. CANDIDO, *Fronteras de esclavización...*, p.178-190. CANDIDO, Mariana P. “The Transatlantic Slave Trade and the vulnerability of free blacks in Benguela, Angola, 1780-1830”. In: MEUWESE & FORTIN, *Atlantic biographies...*, p.193-210.

<sup>93</sup> Para autores que destacam o poder destrutivo da escravidão nos estados e economias africanas, ver: RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975. LOVEJOY, Paul E. *Transformations in slavery*. Nova York: Cambridge University Press, 2000. MANNING, Patrick. *Slavery and African life: occidental, oriental, and African slave trades*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. GREEN, Toby. *The rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. CANDIDO, *An African slaving port...*

<sup>94</sup> ANTT, Conde de Linhares, L. 50, vol. 2, fl. 276-276v, 6 mai. 1768. Para outros documentos que destacam o potencial econômico de Benguela, ver: AHU, Angola, cx. 53, doc. 71, 18 out. 1769.

<sup>95</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Portuguese Atlantic, 1415-1808”. In: GREENE, Jack P & MORGAN, Philip D. (orgs.). *Atlantic History: a critical appraisal*. Nova York: Oxford University Press, 2008, p.82. Para exemplos concretos, ver: CURTO, José C. “Struggling against enslavement: the case of José Manuel in Benguela, 1816-20”. *Canadian Journal of African Studies*, vol. 39, n. 1, 2005, p. 96-122. CURTO, José C. “The story of Nbena, 1817-1820: unlawful enslavement and the concept of ‘Original Freedom’ in Angola”. In: LOVEJOY, Paul E. & TROTMAN, David V. (orgs.), *Trans-Atlantic dimensions of ethnicity in the African Diaspora*. Londres: Continuum, 2003, p. 44-64; CANDIDO, “Africanfreedom suits...”. CANDIDO, “Limite ténue...”.



navegavam em vários mundos culturais e linguísticos, sem perder o vínculo com a cultura local, em processos semelhantes ao que aconteceu nos portos de Luanda, Saint Louis, Cacheu, Bissau e no vale do Zambeze<sup>96</sup>. Dessas relações e interações sociais, surgiu um novo grupo social, os “filhos da terra,” que nas décadas seguintes desfrutou de uma série de privilégios como elite colonial, exibindo sinais de afiliação à lusofonia, ao catolicismo e ao mundo colonial calcado na exploração do trabalho escravo para uso local e para exportação. Contudo, os filhos da terra mantinham valores culturais locais, conferindo ao grupo uma identidade particular, crioula, nas palavras de Mário António de Oliveira<sup>97</sup>. Estrangeiros ou não, os comerciantes de Benguela adotaram o comércio atlântico como referência para obtenção de produtos importados que consolidariam estilos de vidas, poder econômico e liderança política.

### Considerações finais

A comunidade mercantil de Benguela era cosmopolita e como tal unia atores locais e negociantes de vários portos Atlânticos, como os africanos da Costa da Mina e as mulheres negras oriundas do Brasil, assim como os comerciantes de grosso trato de Lisboa, Rio de Janeiro e Salvador. Todos esses atores dependiam da ação de agentes locais, que organizavam a venda de escravos capturados ou comprados no interior, assim como uma série de atividades urbanas essenciais ao bom funcionamento do comércio e do projeto colonial. O negócio atlântico alimentava os cofres da fazenda real e o patrimônio da elite comercial. Taberneiros, mercadores, soldados de baixo escalão eram atores na consolidação do comércio e na expansão da violência que gerava mais cativos, reorganização política e emergência de novas elites, tornando-se membros ativos na formação dessa comunidade mercantil.

Um olhar mais atento aos comerciantes de Benguela revela diversos atores, muitos deles não europeus, que competiam e disputavam os termos do comércio, mas que tinham o mesmo compromisso de manter ativa a exportação de cativos e a importação de mercadorias como a pólvora, têxteis, bebidas alcoólicas e miçangas,

---

<sup>96</sup>MILLER, *Way of death...*, p.246-250. SEARING, *West African slavery and Atlantic...*, p. 97-106. HAVIK, “Women and trade...”, p.96. CANDIDO, Mariana P. “Benguela et l’espace atlantique sud au XVIIIe siècle”. *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, n. 14, 2011, p. 223-244. RODRIGUES, “Islands of sexuality...”. LAW & MANN, “West Africa in the Atlantic community...”. GREEN, Tobias. “Building creole identity in the African Atlantic: boundaries of race and religion in Seventeenth-Century Cabo Verde”. *History in Africa: A Journal of Method*, vol. 36, 2009, p. 103-125. RODRIGUES, Eugénia. “Colonial society, women and African culture in Mozambique”. In: SARMENTO, Clara (org.). *From here to diversity: globalization and intercultural dialogues*. Newcastle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publications, 2010, p. 253-274.

<sup>97</sup>Para mais estudos sobre o papel intelectual e político dos filhos da terra, ver: ANTÓNIO, Mário. *Luanda, ilha crioula*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1969. DIAS, Jill R. “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.1, 1984, p.61-94. DIAS, Jill R. “Changing patterns of power in the Luanda Hinterland: the impact of trade and colonisation on the Mbundu ca. 1845-1920”. *Paideuma*, vol. 32, 1986, p. 285-318. BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega Editora, 1999. NETO, Maria da Conceição. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”. *Lusotopie*, 1997, p. 327-359; HEINTZE, “Lusofonia...”. FERREIRA, “Ilhas crioulas...”.

tudo vindo de diferentes mercados. A demanda da elite política costeira e do interior por armas de fogo, tecidos importados e itens de vestimenta incentivava os conflitos armados para abastecer os negreiros ancorados no porto e, em troca, adquirir os bens importados de grande valor simbólico e econômico.

Multiculturais por definição, os comerciantes de Benguela mantinham laços com vários mercados externos e internos. A ênfase no comércio de escravos levou ao abandono das indústrias locais e à dependência do abastecimento de produtos importados, que não permitiram melhorias técnicas nem acumulação de riqueza a longo prazo<sup>98</sup>. A demanda de mão de obra escrava nos engenhos e fazendas do nordeste e sudeste brasileiros assim como a mineração no interior transformou os portos brasileiros no mais importante destino para os africanos embarcados em Benguela<sup>99</sup>.

Negociantes como Joana Josefa da Conceição e Joaquim José de Almeida se instalaram em Benguela para lucrar nessa economia em expansão. Comerciantes locais, como dona Joana Gomes Moutinho enriqueceram com essa nova estrutura do comércio, ampliando suas redes de contato, recebendo populações afetadas pelas guerras no interior e aumentando o número de agregados sob sua responsabilidade e proteção. O comércio reforçou ciclos de violência e troca entre elites mercantis de várias partes do atlântico, levando à troca de africanos jovens, sadios e em idade reprodutiva por produtos efêmeros que não trouxeram benefícios ou melhorias às sociedades centro-africanas a longo prazo. Atores não europeus participaram ativamente na construção desse mundo de trocas desiguais, onde laços bilaterais se transformaram em modelo no Atlântico sul.



---

<sup>98</sup>A bibliografia é extensa sobre o assunto. Ver: RODNEY, *Como a Europa subdesenvolveu...* INIKORI, J. E. *Africans and the Industrial Revolution in England: a study in international trade and economic development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. MANNING, Patrick. "The enslavement of Africans: a demographic model". *Canadian Journal of African Studies*, vol. 15, n. 3, 1981, p. 499-526. LOVEJOY, *Transformations in slavery...* HEYWOOD, Linda M. "Slavery and its transformation in the kingdom of Kongo: 1491-1800". *The Journal of African History*, vol. 50, n. 1, 2009, p. 01-22. GREEN, *The Rise of the Trans-Atlantic...* CANDIDO, *An African slaving port...* LOPES & MENZ, "Resgate e mercadorias..."

<sup>99</sup>SCHWARTZ, Stuart (org.), *Tropical babylons: sugar and the making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004. EBERT, Christopher. *Between empires: Brazilian sugar in the early Atlantic economy, 1550-1630*. Leiden: Brill, 2008. CURTIN, Philip D. *The rise and fall of the Plantation complex: essays in Atlantic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

## RESUMO

Benguela foi o terceiro maior porto quanto ao tráfico negreiro na costa africana. De lá mais de 750.000 africanos foram exportados para as Américas. O montante e a importância deste comércio atraíram comerciantes do interior de Benguela, assim como de outros portos atlânticos como Rio de Janeiro, Salvador, Lisboa, Luanda, Cacheu e Ouidah. Este trabalho explora a presença de comerciantes de diferentes origens em Benguela, com foco particular sobre aqueles vindos de outros portos africanos. Por meio da análise de listas nominais, petições oficiais e casos judiciais, assim como de registros de batismos, casamentos e óbitos, são analisadas as estratégias utilizadas por tais indivíduos em Benguela para garantir sua participação neste comércio. Muitos deles casaram-se com nativas ricas, filhas das elites policiais e comerciais. Por meio destes casamentos é analisada a associação de comerciantes estrangeiros e locais, dentre outras intrincadas relações da comunidade comercial atlântica de Benguela. Nesse sentido, esta abordagem contribui para a compreensão da formação do complexo cenário comercial do Atlântico sul, enfatizando suas conexões bilaterais, tão significativas quanto aquelas do comércio triangular característico do Atlântico norte. Se destacam também, nesta análise, o papel destes comerciantes africanos na formação de redes comerciais, bem como no transporte de mercadorias e escravos importados dos mercados do interior para os portos litorâneos da África ocidental.

**Palavras Chave:** Benguela; Tráfico Atlântico de Escravos; Comunidades Mercantis.

## ABSTRACT

Benguela was the third-largest slaving port on the coast of Africa. From there, more than 750.000 Africans were exported to the Americas. The size and importance of the trade attracted merchants from the interior of Benguela as well as from other Atlantic ports such as Rio de Janeiro, Salvador, Lisbon, Luanda, Cacheu and Ouidah. This paper explores the presence of merchants from different backgrounds in Benguela, particularly those from other African ports. Through the analysis of nominal lists, official petitions, and judicial cases, as well as baptism, marriage, and burial records, I focus on their strategies in Benguela to guarantee participation in the trade. Many of them married wealthy local women, daughters of commercial and political elites. Through these marriages I examine the association of foreign and local traders, among other intricacies of the Atlantic merchant community of Benguela. This study contributes to our understanding of the formation of the South Atlantic complex, and emphasizes bilateral connections rather than the triangular trade complex that characterized the North Atlantic world. My attention focuses on the role of African traders in the shaping of networks, and in the transportation of imported goods and slaves from markets in the interior to coastal ports.

**Keywords:** Benguela; Atlantic Slave Trade; Merchant Communities.

Artigo recebido em 26 fev. 2013.

Aprovado em 04 abr. 2013.